



# **PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

**2014 - 2018**

Santa Maria, 2014



Ministério da Educação  
Faculdade Integrada de Santa Maria  
Gabinete do Diretor

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL  
2014

Santa Maria, RS, 2014

## **IDENTIFICAÇÃO:**

**Instituição Mantenedora:** Faculdade Integrada de Santa Maria LTDA.

**Código:** 1721

**Nome:** Faculdade Integrada de Santa Maria - FISMA.

**Endereço:** Rua José do Patrocínio, 26

Santa Maria, RS

CEP: 97010-260

**Instituição Mantida:** Faculdade Integrada de Santa Maria

**Código:** 2647

Diretor Geral: Ailo Valmir Saccol

Vice-Diretor / Diretor Administrativo: Marcos Juliano Hübner

Diretor Financeiro: Airton Colpo Magnago

Diretor Acadêmico: Silsomar Flores Adaime

Endereço: Rua José do Patrocínio, 26

Santa Maria, RS

CEP: 97010-260

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO</b> .....	<b>3</b>
<b>2 ÁREAS DE ATUAÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>3 INSERÇÃO REGIONAL</b> .....	<b>7</b>
<b>3.1 Região de abrangência</b> .....	<b>9</b>
<b>3.2 As Potencialidades da Região</b> .....	<b>10</b>
<b>3.3 A Interação da FISMA com a Região</b> .....	<b>11</b>
<b>3.4 Infraestrutura</b> .....	<b>12</b>
<b>3.5 Santa Maria Destaca-se por ser um Polo Terciário</b> .....	<b>12</b>
<b>4 OBJETIVOS DA FISMA</b> .....	<b>15</b>
<b>5 MISSÃO DA FISMA</b> .....	<b>17</b>
<b>6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b> .....	<b>19</b>
<b>6.1 Diretor Geral</b> .....	<b>19</b>
<b>6.2 Vice-Diretor</b> .....	<b>20</b>
<b>6.3 Conselho Gestor</b> .....	<b>21</b>
<b>6.4 Diretoria Administrativa</b> .....	<b>21</b>
<b>6.5 Diretoria Financeira</b> .....	<b>21</b>
<b>6.6 Diretoria Acadêmica</b> .....	<b>21</b>
<b>6.7 Organograma Institucional e Acadêmico</b> .....	<b>23</b>
<b>6.8 Órgãos Colegiados: Composição e Competências</b> .....	<b>24</b>
6.8.1 Conselho Gestor .....	24
6.8.2 Conselho Superior .....	24
6.8.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão .....	25
6.8.4 Colegiado de Curso .....	26
<b>6.9 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas</b> .....	<b>27</b>
6.9.1 Câmara dos Cursos de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão .....	27
6.9.2 Comissão de Vestibular .....	28
6.9.3 Coordenação dos Cursos de Graduação .....	28
6.9.4 Núcleo Gestor de Estágio .....	28
6.9.5 Setor de Apoio Pedagógico .....	28
6.9.6 Setor de Apoio Psicopedagógico .....	29
6.9.7 Núcleo de Acessibilidade .....	29

6.9.8 Setor de Documentação .....	29
6.9.9 Secretaria Geral de Graduação e Pós-Graduação .....	30
<b>7 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS</b>	
<b>QUE ORIENTAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>7.1 Princípios e fundamentos da educação, do conhecimento e da <i>práxis</i> pedagógica</b>	
<b>.....</b>	<b>31</b>
<b>7.2 Organização Didático-Pedagógica da Instituição .....</b>	<b>33</b>
<b>7.3 Política de Ensino .....</b>	<b>35</b>
<b>7.4 Políticas de Pesquisa .....</b>	<b>36</b>
<b>7.5 Política de Extensão .....</b>	<b>37</b>
<b>7.6 Política de Gestão .....</b>	<b>39</b>
<b>7.7 Responsabilidade Social da Instituição .....</b>	<b>40</b>
<b>8 PERFIL DE EGRESSO .....</b>	<b>52</b>
<b>8.1 Seleção de Conteúdos .....</b>	<b>52</b>
<b>8.2 Princípios Metodológicos .....</b>	<b>53</b>
<b>9 DO PERFIL, DA CONTRATAÇÃO E DA FORMAÇÃO CONTINUADA</b>	
<b>DE PROFESSORES .....</b>	<b>54</b>
<b>9.1 Titulação e Regime de Trabalho .....</b>	<b>54</b>
<b>9.2 Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica</b>	
<b>.....</b>	<b>55</b>
<b>9.3 Plano de Carreira .....</b>	<b>56</b>
<b>9.4 Os Critérios de Seleção e Contratação .....</b>	<b>56</b>
<b>9.5 Procedimentos para Substituição de Docentes .....</b>	<b>56</b>

## LISTA DE TABELAS

TABELA I – Relação de municípios que constituem a região de abrangência da FISMA .....	9
TABELA II – Titulação e regime de trabalho do corpo docente da FISMA .....	54





## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Valor da produção de serviços entre os municípios da Região Central .....	13
------------------------------------------------------------------------------------------	----



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Região de Abrangência da FISMA no Estado do Rio Grande do Sul .....	3
FIGURA 2 – Organograma Institucional .....	23
FIGURA 3 – Organograma Acadêmico .....	23



## APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é o documento que, pelo seu conteúdo, orienta as práticas de ensino e de aprendizagem na Instituição. Cabe salientar que essas práticas devem condizer com o mundo contemporâneo e essa construção deve ser assumida pela FISMA em todas as suas ações internas e no âmbito das interações externas.

O processo de formação profissional, hoje, distancia-se muito do que se propunha em um passado recente e um dos fatores que influenciou significativamente essa mudança foi o advento, especialmente, das novas tecnologias que propiciaram a origem das 'redes sociais', que mudaram drasticamente as relações na sociedade.

Vivemos, portanto, hoje a sociedade da informação que traz consequências significativas nas trocas sociais e, especialmente, aquelas relacionadas às interações entre professores, alunos e instituições de ensino. As intensas transformações surgiram com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação que teceram uma rede que une quase que instantaneamente as pessoas. O mesmo não se pode afirmar em relação à sala de aula já que existe aí um descompasso na velocidade com que os fatos ocorrem, porém eventos importantes nela acontecem e que devem ser vivenciados pelos estudantes. Tem-se assim uma crise paradigmática e para ela deve convergir todo o esforço no sentido de unir os dois 'mundos' trazendo o melhor de cada um deles para o atendimento adequado da juventude que deve ser educada, cientificamente, nesse novo contexto.

Diante desse disso o ensino, a aprendizagem e os recursos de ensino, além de outros importantes fatores, que são elementos centrais no processo ensino-aprendizagem devem estar em consonância com essas novas tendências. Para tanto, deve-se buscar nas novas tecnologias de informação e comunicação e no desenvolvimento de um trabalho de muita qualidade pelo professor, as condições necessárias para o desenvolvimento da capacidade cognitiva do estudante, tornando-o, assim, um sujeito capaz de se adequar as novas exigências do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

A Faculdade Integrada de Santa Maria em seu processo de desenvolvimento está reunindo as condições necessárias para atingir plenamente seus objetivos e cumprir, assim, com a sua missão pela qual ela deve "formar indivíduos através da educação superior, tornando-os profissionais cidadãos capazes de buscar no trabalho o seu desenvolvimento social e econômico e de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade".



# 1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A origem da Instituição ocorreu, em 10 de abril de 1997, com a fundação da empresa educacional SANTA CLARA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA, uma empresa privada e com fins lucrativos. Com este caráter institucional, o Contrato Social foi registrado no 1º Tabelionato de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Santa Maria / RS, sob o nº. 1.495, folhas 055-V, no livro A-07, em 10/04/1997. Em 23.09.2004, o contrato original sofreu alteração, que foi registrada sob o nº. 3.588 no Livro A nº. 12, do mesmo Tabelionato acima referido. A empresa foi inscrita no CNPJ sob o nº. 01.763.991/0001-27.

Originalmente, o principal objetivo da Instituição foi de atuar como MANTENEDORA da Escola Técnica Santa Clara. Esta escola iniciou suas atividades em instalações alugadas, onde era ministrado o Ensino Supletivo (1º e 2º graus), autorizado pelo Parecer 105/98 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (CEEE-RS). Em 1998, a MANTENEDORA iniciou o ensino profissionalizante, com a implantação do Curso Técnico em Enfermagem, também autorizado pelo CEED/RS, através do Parecer 802/1998.

Em janeiro de 2000, a Instituição alcançou um grande crescimento na área da educação profissional, quando implantou os seguintes Cursos: Técnico em Radiologia Médica (Parecer 59/2000-CEE/RS), Técnico em Informática (Parecer 03/2002-CEE/RS), Técnico em Administração (Parecer 387/2002-CEE/RS) e Técnico em Contabilidade (Parecer 1097/2002 - CEE/RS). Este fato determinou um significativo aumento no número de alunos, estimulando a MANTENEDORA a projetar a construção de sua sede própria, que foi concluída no início de 2002, com capacidade para 2.858 alunos, nos três turnos (manhã, tarde e noite).

Alicerçada nos conceitos de qualidade e credibilidade, conquistados nos municípios da região, a MANTENEDORA foi estimulada a criar as condições para dar início à oferta de cursos técnicos, na modalidade à distância. Este processo teve início em 2006, através da oferta do curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA, o qual foi autorizado pelo Parecer 477/2006-CEE/RS. No ano seguinte, 2007, obteve autorização do Conselho Estadual de Educação - RS, para oferecer os cursos: Técnico em Administração, (Parecer 424/2007-CEE/RS); Técnico em Transações Imobiliárias (Parecer 426/2007-CEE/RS), e Técnico em Informática (Parecer 670/2007-CEE/RS).

A solidez da proposta pedagógica, conforme resultado da pesquisa de opinião realizada entre alunos e comunidade, classificou a Escola como uma das mais qualificadas da região. A conquista deste conceito, no cenário educacional de Santa Maria e região, foi fator determinante para que a Escola Santa Clara ampliasse, a cada semestre letivo, o seu número de alunos.

Respalhada por este conceito e pela experiência acumulada com estes projetos, a MANTENEDORA encontrou motivação para criar as condições necessárias para atuar,

também no Ensino Superior. Foi, então, que decidiu instituir a Faculdade Santa Clara (FASCLA), credenciada pelo MEC, através da Portaria nº. 3441, de 18 de novembro de 2003. A criação desta IES teve como principal objetivo, fortalecer as áreas do conhecimento em que a Escola Santa Clara atuava, visando oportunizar aos egressos desta Escola à continuidade dos seus estudos, em nível superior, na própria Instituição.

O significativo processo evolutivo ocorrido até 2007 foi interrompido no primeiro semestre de 2008, em decorrência de uma grave crise administrativo-financeira. Em razão disto, em 21 de maio de 2008, o quadro societário e o Contrato Social sofreram alterações, passando a razão social da empresa da MANTENEDORA a denominar-se de FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA LTDA e a MANTIDA a denominar-se de FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA - FISMA. O Contrato Social, com estas alterações, foi registrado, em 21/12/2009, no 1º Tabelionato de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Santa Maria / RS, sob o nº. 5056, folhas 139, do livro de nº. 16 e a MANTENEDORA foi RECREDENCIADA pelo MEC, através da PORTARIA nº. 900, de 06 de julho de 2012.

A partir das modificações institucionais ocorridas em 2008 a FISMA passou a desenvolver um trabalho muito intenso no sentido de reorganizar-se administrativamente e desenvolver seus cursos de graduação. Para tanto reformulou os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Administração, Enfermagem e Psicologia adequando-os as exigências dos tempos atuais e da legislação pertinente tanto no atendimento a legislação vigente bem como às diretrizes curriculares nacionais. Há que se salientar que nesse período a FISMA foi objeto das avaliações externas legais, resultando daí conceitos que estimulam a Faculdade a continuar percorrendo o caminho do desenvolvimento acadêmico para que seus Cursos se qualifiquem, cada vez mais, no caminho indicado pela sua Missão.



## **2 ÁREAS DE ATUAÇÃO**

A FISMA atua nas seguintes áreas do conhecimento do CNPq: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas ofertando os cursos de Graduação em Administração, em Enfermagem e de Psicologia. Cursos de Pós-Graduação e de Extensão.



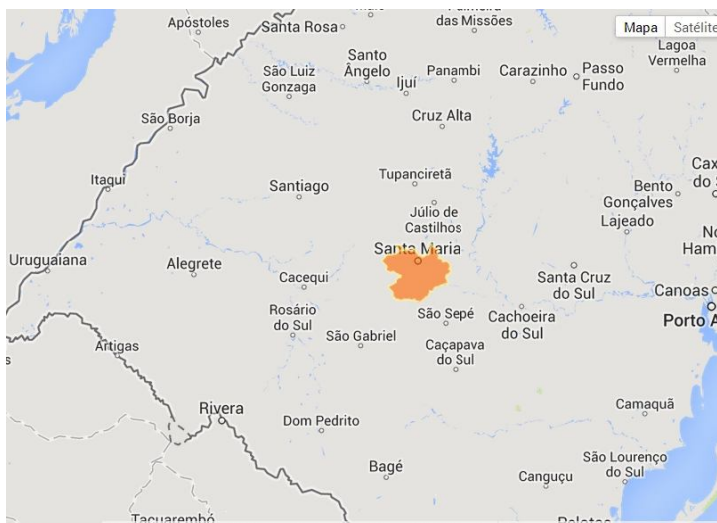
### 3 INSERÇÃO REGIONAL

Uma breve consideração sobre os aspectos geoeconômicos e educacionais do município de Santa Maria e da região central do Estado do Rio Grande do Sul permite evidenciar a pertinência da missão institucional da Faculdade Integrada de Santa Maria.

Com efeito, a localização geográfica privilegiada no centro do Estado (Figura), o aporte cultural de múltiplas etnias e a histórica condição de entroncamento ferroviário fizeram convergir variadas influências, determinando o caráter comercial e cosmopolita do município.

A vocação acadêmica se deve à obra educacional pioneira de instituições confessionais, que foi mais tarde consolidada pelo eminente Prof. José Mariano da Rocha Filho, ao implantar a primeira universidade federal no interior do Estado. A Universidade Federal de Santa Maria passou a atrair um contingente cada vez maior de jovens em busca de ensino superior, propiciando o surgimento de outras instituições de ensino.

O município de Santa Maria, localizado na Região Central do estado, conta, além da Universidade Federal de Santa Maria, com uma universidade privada, um centro universitário e quatro faculdades particulares, que em conjunto ofertam anualmente cerca de 4.400 vagas em nível de graduação. A cada ano um contingente de cerca de 20.000 candidatos concorre às



vagas ofertadas, evidenciando uma demanda reprimida de mais de 15.000 pretendentes ao ensino superior. Convém referir que em 2012, o ensino médio, perfaz um total de 20.568 matrículas, muito acima, portanto, do total de vagas ofertadas no ensino superior.

A população de Santa Maria estimada, para 2013 pelo IBGE (<http://cod.ibge.gov.br/4HI>), é de 273.489 habitantes em uma área territorial de 1.778.121 km<sup>2</sup> e um produto interno bruto assim distribuído: agropecuária R\$ 99.204,00; Indústria R\$ 594.929,00 e Serviços: R\$ 3.314.676,00. Pela mesma fonte a cidade consta com um total de 160 estabelecimentos de saúde em nível federal, estadual, municipal e privado.

A Região Central dispõe de instituições que promovem a formação de recursos humanos e a capacitação científica e tecnológica. O Município de Santa Maria conta com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), a Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES), a Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA) e a Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). Além destas, a região conta com

um campus da Universidade Luterana Brasileira (ULBRA), em Santa Maria e Cachoeira do Sul; um campus da Universidade Regional Integrada (URI), em Santiago, e uma extensão da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, em Júlio de Castilhos.

Estas instituições oferecem para a comunidade cursos de graduação e habilitações, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento, bem como em nível de Pós-Graduação, vários cursos de especialização, mestrado e doutorado.

A UFSM e a URI são as instituições gestoras do Polo de Modernização Tecnológica da Região Central, cujas áreas de abrangência são a agropecuária, a indústria, a engenharia e de saúde.

A região também dispõe de um conjunto de centros de estudo e pesquisa, entre eles: a Estação da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO, o Centro de Pesquisa de Florestas e Conservação do Solo em Santa Maria, o Centro de Pesquisas Espaciais (INPE), e o Centro de Pesquisa de Sementes em Júlio de Castilhos, bem como uma Estação de Pesquisa e Produção, no município de Tupanciretã.

A vocação acadêmica e a estrutura econômica de Santa Maria oferecem o suporte adequado às prementes necessidades por qualificação profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento. Pelas questões postas Santa Maria se notabiliza pela formação de profissionais das mais diferentes áreas do saber. Esses egressos se espalham pelo Brasil ocupando postos de trabalho de alta relevância para o País.

Santa Maria passa, hoje, por uma transformação significativa e diz respeito à instalação de empresas de alta tecnologia na região tal como a fábrica de blindados da KMW que entra em operação em 2014, unidade do grupo alemão Krauss-Maffei Wegmann (KMW), destinada a atender a América do Sul.

Tem-se, também, a instalação da “Santa Maria Tecnoparque” (<http://santamariatecnoparque.com.br/institucional/>) com a missão de “promover o desenvolvimento regional sustentável, gerar oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico e disseminar a cultura de empreender e inovar” que já conta com 2 milhões de reais para a implementação de Centro de Desenvolvimento de Simuladores que atenderá as mais diferentes áreas, especialmente, a militar.

A região também é polo para o uso e o desenvolvimento de aeronaves não tripuladas (VANT) para emprego civil e militar, resultado de acordos internacionais de transferência de tecnologia para citar, apenas, algumas iniciativas que hoje justificam cada vez mais a formação de recursos humanos em todas as áreas de conhecimento.

### 3.1. REGIÃO DE ABRANGÊNCIA

A região de abrangência da FISMA vem se expandindo na direção das regiões Noroeste e Centro-Norte do Rio Grande do Sul, que apresentam, hoje, o menor desenvolvimento do Ensino Superior no Estado se comparado com as demais regiões. Entre os municípios destas regiões, destacam-se como os de maior potencial para o crescimento social e econômico: Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí, Panambi, Cruz Alta e São Luiz Gonzaga. Com isso, a população da atual região de abrangência da FISMA somada com as populações das regiões de expansão, resultará numa população superior a 2.000.000 de habitantes.

Na Tabela abaixo se observa o contingente de municípios que constituem o entorno da Região Central do estado sobre os quais Santa Maria tem forte influência econômica e, especialmente, na formação de recursos humanos. Hoje a FISMA já conta com estudantes vindos de municípios dessa região, fato que credencia a Instituição como uma possibilidade real na formação de qualidade para os que aqui vêm estudar.

**TABELA 1:** Relação dos municípios que constituem a região de abrangência da FISMA

TOTAL DE HABITANTES			
Nº de ORDEM	MUNICÍPIOS	CENSO 2000	CENSO 2013
1	Alegrete	84.338	79.054
2	Arroio do Tigre	12.216	13.235
3	Barra do Quaraí	3.884	4.176
4	Bossoroca	7.757	6.953
5	Caçapava do Sul	34.643	34.676
6	Cacequi	15.311	13.834
7	Cachoeira do Sul	87.873	85.955
8	Capão do Cipó	2.556	3.318
9	Cerro Branco	4.297	4.639
10	Dilermando de Aguiar	3.200	3.144
11	Dom Pedrito	40.410	39.957
12	Dona Francisca	3.902	3.421
13	Estrela Velha	3.691	3.741
14	Faxinal do Soturno	6.841	6.871
15	Formigueiro	7.598	7.144
16	Garruchos	3.675	3.260
17	Itaara	4.578	5.268
18	Itacurubi	3.503	3.549
19	Itaqui	39.770	39.173
20	Ivorá	2.495	2.166
21	Jaguari	12.488	11.675
22	Jari	3.751	3.665
23	Jóia	8.284	8.629

24	Júlio de Castilhos	20.416	20.097
25	Lavras do Sul	8.109	7.862
26	Maçambará	5.035	4.845
27	Manoel Viana	6.995	7.333
28	Mata	5.575	5.198
29	Nova Esperança do Sul	4.010	4.962
30	Nova Palma	6.312	6.569
31	Novo Cabrais	3.565	4.045
32	Paraíso do Sul	7.212	7.615
33	Pinhal Grande	4.725	4.577
34	Quaraí	24.002	23.631
35	Quevedos	2.691	2.807
36	Restinga Seca	16.400	16.357
37	Rosário do Sul	41.058	40.825
38	Santa Margarida do Sul	2.176	2.469
39	Santa Maria	243.611	273.489
40	Santana do Livramento	90.849	83.702
41	Santiago	52.138	20.608
42	Santo Antonio das Missões	12.691	11.312
43	São Borja	64.869	63.194
44	São Francisco de Assis	20.810	19.621
45	São Gabriel	62.249	62.594
46	São João do Polêsine	2.745	2.657
47	São Luiz Gonzaga	39.553	35.344
48	São Martinho da Serra	3.246	3.303
49	São Nicolau	6.406	5.794
50	São Pedro do Sul	16.989	16.817
51	São Sepé	24.621	24.465
52	São Vicente do Sul	8.336	8.754
53	Silveira Martins	2.571	2.495
54	Toropi	3.196	3.007
55	Tupanciretã	20.947	23.314
56	Unistalda	2.644	2.497
57	Uruguaiana	126.936	129.504
58	Vila Nova Do Sul	4.263	4.359
	<b>TOTAL</b>	<b>1.365.012</b>	<b>1.343.525</b>

Fonte: IBGE/Censo-2000 e Censo-2013.

### 3.2. AS POTENCIALIDADES DA REGIÃO

A região apresenta um conjunto de potencialidades que poderão garantir uma melhor inserção da economia regional na economia do Estado e melhorar a renda da população. Deve-se, portanto, aproveitar as potencialidades do clima e do solo, bem como o patrimônio histórico-cultural das cidades da região, com especial destaque para a infraestrutura voltada para a formação de recursos humanos e para a capacitação científico-tecnológica,

representadas pelas diversas Instituições de Ensino Superior, localizadas no município de Santa Maria, bem como em alguns municípios circundantes.

A região apresenta um conjunto de atrativos históricos, dentre os quais se podem citar a Vila Belga e o Complexo Ferroviário, ambos em Santa Maria, assim como as Missões Jesuíticas em municípios da Região, que representam importantes atrativos turísticos importantes. Destaca-se, também, o conjunto natural formado pela Mata Atlântica remanescente e o Sítio Paleobotânico (4<sup>a</sup> Colônia, Mata, São Pedro do Sul), que além de atrativos naturais, possui um grande memorial cultural (museus, centro genealógico). O atrativo paleontológico se sobressai, especialmente no município de Mata, que possui um rico patrimônio natural de árvores petrificadas, com cerca de 200 milhões de anos, sem similar no mundo inteiro. Além disso, a existência de fósseis em Santa Maria e de pegadas de dinossauros no município de Faxinal do Soturno (localidade de Novo Treviso) constitui-se em um acervo de interesse científico, que pode ser potencialmente associado com atividades turísticas.

Outras fontes turísticas regionais são representadas pelo turismo rural, pelo ecológico e pelo religioso. Atrelado a ambos, há de se mencionar o importante desenvolvimento da gastronomia local, bem a existência de uma rede hoteleira razoável, principalmente nos municípios de Santa Maria e Santiago.

### **3.3. A INTERAÇÃO DA FISMA COM A REGIÃO**

A interação da FISMA com a sua região de influência ocorre, primeiramente, pela oferta de cursos de graduação, pós-graduação, e extensão. Com a oferta destes cursos, a Instituição visa a capacitar seu aluno e auxiliá-lo na inclusão no mercado de trabalho. Como fator facilitador, está construindo, através de convênios, uma grande rede de relacionamento institucional, envolvendo empresas e organizações públicas e privadas.

A construção desta rede de parceiros tem por objetivos: 1- oportunizar estágios curriculares e extracurriculares à comunidade acadêmica da FISMA; 2- criar oportunidade de emprego aos acadêmicos, com forma de reduzir a evasão por incapacidade financeira; 3- disponibilizar aos parceiros conveniados a sua infraestrutura e os seus recursos humanos, visando à realização de projetos e prestação de serviços, de interesse recíproco; 4- potencializar os recursos para promover o desenvolvimento sustentável; e 5- oportunizar aos acadêmicos da FISMA uma diversidade de campos para estágio e para a realização das práticas disciplinares.

Com estas providências, a FISMA projeta ampliar e qualificar as suas potencialidades e, conseqüentemente, poder nos próximos anos desenvolver uma interação, ainda, mais efetiva com o seu entorno local e regional.

Para ilustrar a interação da Faculdade com a região temos a seguir exemplos de atividades, via projetos de extensão no ano de 2013 do Curso de Enfermagem, que entre outras citamos: a ação “Dia Mundial do Diabetes Mellitus: Educar para Prevenir” realizada nas Unidades Básicas de Saúde (USB); Estratégias de Saúde da Família (ESF) e na Praça Saldanha Marinho com o slogan “Todos juntos na luta contra o Diabetes”. Nessa atividade realizou-se a verificação de glicemia capilar, aferição de pressão arterial, distribuição de folders informativos e orientações e esclarecimentos às pessoas.

Já o Curso de Psicologia realizou “O Acompanhamento Terapêutico como Dispositivo para Construção de Redes de Cuidado em Saúde Mental” junto ao CAPS ad Cia do Recomeço tendo-se assim a articulação ensino-serviço com a finalidade de contribuir tanto na formação acadêmica como na execução dos objetivos do CAPS. Essa ação se destinou a pessoas com problemas de uso do crack, álcool e outras drogas que realizam atendimento no CAPS II ad Cia do Recomeço.

O Curso de Administração por sua vez realizou o “Ciclo de Debates em Administração” realizado com o Conselho Regional de Administração (CRA) com participação significativa dos professores e, especialmente, dos alunos. Essa atividade aproxima os alunos daqueles afazeres que não são estritamente acadêmicos, mas que já se relacionam com as ações da profissão.

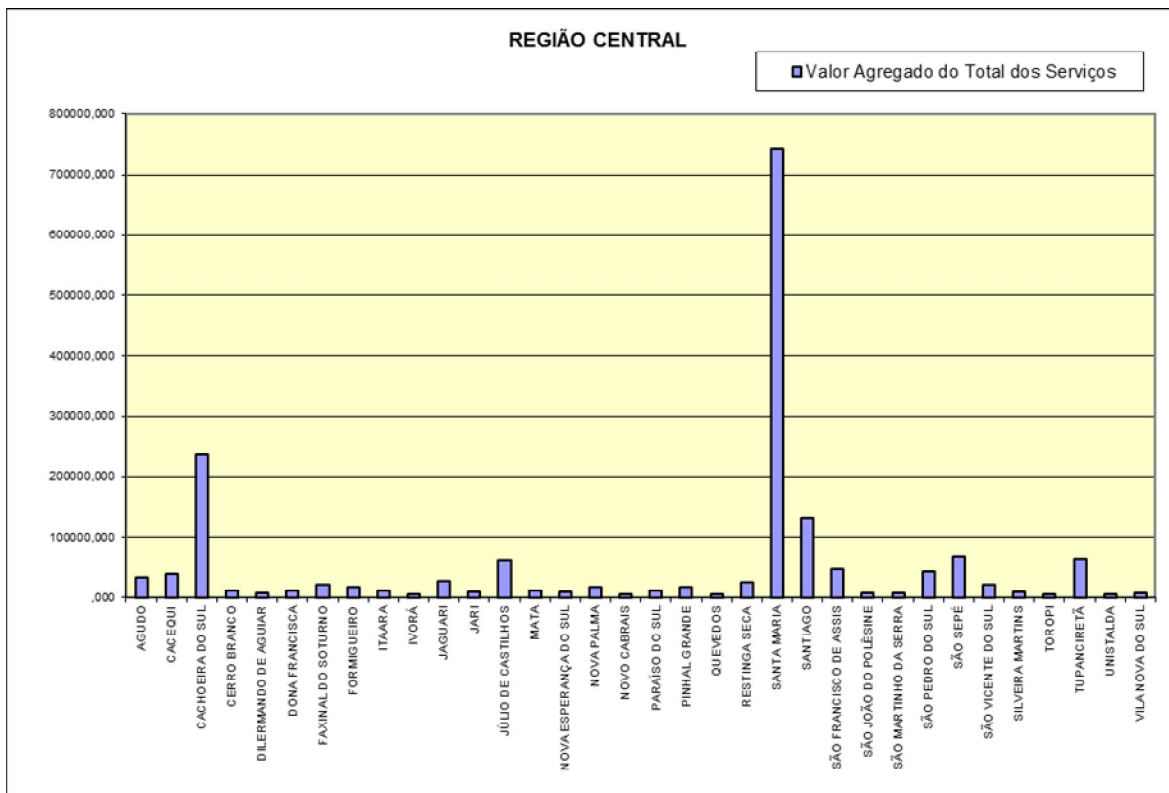
### **3.4. A INFRAESTRUTURA**

Considerando apenas a região onde a FISMA está sediada e aonde vem desenvolvendo sua atividade se pode afirmar que do ponto de vista de sua infraestrutura, a Região da Depressão Central é relativamente bem servida quanto ao sistema de rodovias. Passam pela região algumas das principais rotas rodoviárias de ligação do estado com os países do MERCOSUL e com as demais regiões do país, bem como, com a capital do estado e com o porto de Rio Grande – BR 153, BR 158, BR 287, BR 290; BR 392 – RS 149 e RS 348. Praticamente todas as cidades desta região possuem vias de acesso pavimentadas, com exceção de Dilermando de Aguiar, Ivorá, Jari, Quevedos e São Martinho da Serra, onde faltam poucos quilômetros e cuja obra está em andamento.

### **3.5. SANTA MARIA DESTACA-SE POR SER UM POLO TERCIÁRIO**

A posição geográfica, associada à polaridade exercida historicamente pelo município de Santa Maria, fez com que esse município assumisse um papel significativo no setor de serviços (Gráfico1). Na repartição setorial regional, este setor continua crescendo nos últimos anos, passando de 56,53% (1990), para 63,87% (1995) e 65,29% (1997), do total da economia. Esse número sempre foi superior a média estadual, que em 1997 era de 47,79%. Dentro do setor de serviços, o comércio participa com 18,33% e os demais serviços com 46,96%.





**GRÁFICO 1** – Valor da produção de serviços entre os municípios da Região Central – 1998 (R\$) Fonte: FEE, 2000.

A repartição setorial municipal mostra a grande participação do setor de serviços nos municípios de Santa Maria (84,55%), Santiago (79,10%), Faxinal do Soturno (66,98%), Júlio de Castilhos (65,26%), Itaara (64,76%), Jaguari (61,45 %) e Cachoeira do Sul (61,34%). A agropecuária tem grande participação nos municípios menores, sendo que em 14 municípios é superior a 40% do total da economia.



## 4 OBJETIVOS DA FISMA

A Faculdade Integrada de Santa Maria, como instituição educacional e de acordo com o Art. 4º do Regimento Geral, tem por objetivos:

a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

b) Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.

c) Formar o profissional cidadão de modo que, a partir de uma compreensão crítica da problemática da sociedade em seus aspectos sócio-políticos, econômicos e culturais, possa participar e contribuir, com o seu fazer profissional, para a transformação social;

d) Fomentar a formação democrática e o pluralismo cultural e desenvolver o respeito às convicções filosóficas, religiosas e políticas;

e) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

f) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

g) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

h) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

i) Promover a extensão, mediante realização de programas, projetos, cursos e prestação de serviços, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na Faculdade;

j) Apoiar e estimular iniciativas que promovam a integração do ensino superior com a pesquisa e a extensão universitária, visando a desenvolver a flexibilização do ensino profissional por meio de métodos e práticas multidisciplinares.



## 5 MISSÃO DA FISMA

A FISMA tem como missão *“formar indivíduos através da educação superior, tornando-os profissionais cidadãos capazes de buscar no trabalho o seu desenvolvimento social e econômico e de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade”*.

No cumprimento desta Missão, a Instituição busca desenvolver a cultura da responsabilidade social, da solidariedade e da cidadania, e ao agregar estes valores ao conhecimento científico e tecnológico, espera obter como resultado, a formação de um profissional com capacidade e competência para ascender na escala social, mas ao mesmo tempo, consciente da sua responsabilidade para com o desenvolvimento sustentável da comunidade, em que está inserido.



## 6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A organização da Administração Superior da FISMA está em conformidade com o estabelecido no Regimento Geral. É constituída por órgãos de deliberação coletiva (Órgãos Colegiados: Conselho Superior, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Gestor), assessorias executivas (Assessoria de Direção: Diretor Administrativo; Diretor Financeiro; Diretor Acadêmico; Gestor Acadêmico) e órgãos de execução (Gabinete do Diretor, Gabinete do Vice-Diretor). Essa organização está detalhada no Regimento Geral da IES e nos Relatórios de Avaliação Institucional dos anos anteriores.

O Conselho Superior e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) têm seus regimentos próprios e sua composição está designada através de Portarias próprias. Os Regimentos Internos desses órgãos fornecem seu devido *status* e sublinham sua contribuição central no processo educativo e de gestão institucional.

A Diretoria Geral da Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA) é órgão executivo superior de coordenação e de fiscalização das atividades da Faculdade, composta da seguinte estrutura organizacional: *Diretor Geral, Vice-Diretor, Conselho Gestor, Diretoria Administrativa, Diretoria Financeira, Diretoria Acadêmica e Coordenações de Curso*. Apresentam-se a seguir as atribuições de cada um deles.

### 6.1. Diretor Geral

O Diretor Geral é nomeado pela Mantenedora, e o mesmo tem como atribuições, as abaixo especificadas, além de outras implícita ou explicitamente previstas em Lei, no Regimento Geral da Faculdade e demais normas que disciplinam as atividades da Faculdade:

- 1) Coordenar, fiscalizar e superintender as atividades acadêmicas da Faculdade;
- 2) Representar a Faculdade em juízo e junto às pessoas ou Instituições públicas ou privadas;
- 3) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Gestor, Conselho Superior e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- 4) Elaborar o plano semestral da Faculdade e submetê-lo a aprovação do Conselho Superior;
- 5) Supervisionar as finanças, o patrimônio e recursos humanos;
- 6) Elaborar a proposta orçamentária anual a ser encaminhada à Mantenedora;
- 7) Elaborar o relatório anual das atividades da Faculdade;
- 8) Zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito da Faculdade, respondendo por abuso ou omissão;

- 9) Propor a Mantenedora a contratação e demissão de pessoal docente e técnico-administrativo ou fazê-las mediante delegação;
- 10) Aprovar projetos de Cursos;
- 11) Autorizar serviços e publicações;
- 12) Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento e demais normas pertinentes;
- 13) Contratar professores, em caráter temporário, para situação de emergência;
- 14) Assinar convênios, contratos, acordos e ajustes, inclusive os que incluam intervenção ou participação da Mantenedora;
- 15) Ordenar despesas e controlar receitas;
- 16) Nomear e delegar poderes aos Diretores e Coordenadores;
- 17) Conceder aos docentes e técnicos administrativos as progressões e gratificações funcionais, previstas na política de cargos e salários;
- 18) Conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados escolares, bem como títulos e dignidades;
- 19) Instituir comissões especiais, de caráter permanente ou temporário, para estudos de problemas específicos;
- 20) Delegar competência e atribuições ao Vice-Diretor e aos demais cargos de Direção da Faculdade;
- 21) Aprovar e emitir resoluções e portarias decorrentes de decisões dos Conselhos da Faculdade;
- 22) Fiscalizar o cumprimento, pelo Diretório dos Estudantes, das disposições legais específicas;
- 23) Resolver os casos urgentes ou omissos "ad referendum" dos Conselhos Superiores.

## **6.2. Vice-Diretor**

O Vice-Diretor é nomeado pelo Diretor Geral sendo da sua competência representar o Diretor, quando designado, e desempenhar as demais funções inerentes ao cargo conforme o que dispõe o Regimento Geral da Instituição.

## **6.3. Conselho Gestor**



O Conselho Gestor é um órgão de assessoramento da Direção, de natureza consultiva, com sua estrutura e atribuições descritas no item 5.2.1. (Órgãos Colegiados).

#### **6.4. Diretoria Administrativa**

O Diretor Administrativo será nomeado pelo Diretor Geral sendo da sua competência:

a) organizar, estruturar e gerir os Setores Administrativos: Secretaria Geral, Biblioteca, Setor de Recursos Humanos, Setor de Tecnologia da Informação, Setor de Marketing e Comercial;

b) responsabilizar-se pelo patrimônio e pela atualização da carga patrimonial da Faculdade;

c) executar a política definida pela Diretoria Geral referente à área administrativa;

d) responsabilizar-se pela compra de material, equipamento e contratação de serviços;

e) acompanhar a execução de convênios e contratos.

#### **6.5. Diretoria Financeira**

O Diretor Financeiro é nomeado pelo Diretor Geral, e compete ao mesmo:

a) estruturar, organizar e gerir a área financeira, área contábil e a área de negociação;

b) responsabilizar-se pela estruturação dos balancetes e balanço contábil e patrimonial;

c) responsabilizar-se pela organização e controle do calendário de pagamentos e recebimento;

e) executar a política definida pela Direção, referente à área financeira.

#### **6.6. Diretoria Acadêmica**

O Diretor Acadêmico é nomeado pelo Diretor Geral, e compete ao mesmo coordenar e supervisionar a execução das atividades do ensino de graduação, de pós-graduação e de extensão. Já o Gestor Acadêmico é indicado pelo Diretor Acadêmico e nomeado pelo Diretor Geral. Na ausência do Diretor Acadêmico a Direção será exercida pelo Gestor Acadêmico.

São vinculadas à Diretoria Acadêmica, para fins de administração do ensino, a Comissão de Vestibular, o Setor de Apoio Pedagógico, o Setor de Apoio Psicopedagógico, o Núcleo de Acessibilidade, o Núcleo Gestor de Estágios, o Setor de Documentação, Secretaria dos Cursos de Graduação, a Coordenação dos Cursos de Graduação e a Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Os órgãos vinculados à Diretoria Acadêmica se orientarão por regimentos próprios, aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

### **Compete à Diretoria Acadêmica:**

- a) avaliar e aprovar as propostas de atividades complementares para os Cursos;
  - b) disciplinar a realização do processo de seleção de candidatos a ingresso nos cursos da Faculdade;
  - c) encaminhar, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o currículo de cada curso, bem como suas modificações, para vigência após cumprimento das determinações legais pertinentes;
  - d) encaminhar, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a proposta de realização de cursos de pós-graduação (stricto e lato sensu) e de extensão, bem como seus respectivos projetos;
  - e) deliberar sobre pedidos de transferência e aproveitamento de estudos, com a colaboração dos órgãos envolvidos;
  - f) encaminhar ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o estabelecimento das normas didático-pedagógicas e de funcionamento dos estágios curriculares propostos pelas coordenações dos cursos;
  - g) sugerir medidas que visem aperfeiçoar o desenvolvimento das atividades de ensino na Faculdade;
  - h) sugerir critérios para seleção de professores;
  - i) analisar os atos e procedimentos praticados pelos professores;
  - j) exercer as demais competências que lhe sejam conferidas em lei e neste Regimento Geral;
  - k) manter o controle e administrar os processos de credenciamento da Faculdade, de autorização e de reconhecimento dos cursos;
  - l) controlar o cumprimento do regime acadêmico e execução dos programas e horários;
  - m) coordenar e supervisionar os controles e registros acadêmicos;
  - n) manter organizada e atualizada a documentação e a legislação inerente às atividades de ensino da Faculdade e,
  - o) exercer as demais atribuições que lhes sejam previstas em lei e no Regimento Geral.
- As competências e atribuições dos órgãos vinculados a Diretoria Acadêmica serão definidas em regimento próprio.

## 6.7. Organograma Institucional e Acadêmico

O Organograma (Figura 1) a seguir foi estruturado para implantação e reformulação na vigência do PDI ora proposto, devendo ser também modificado no Regimento Geral.

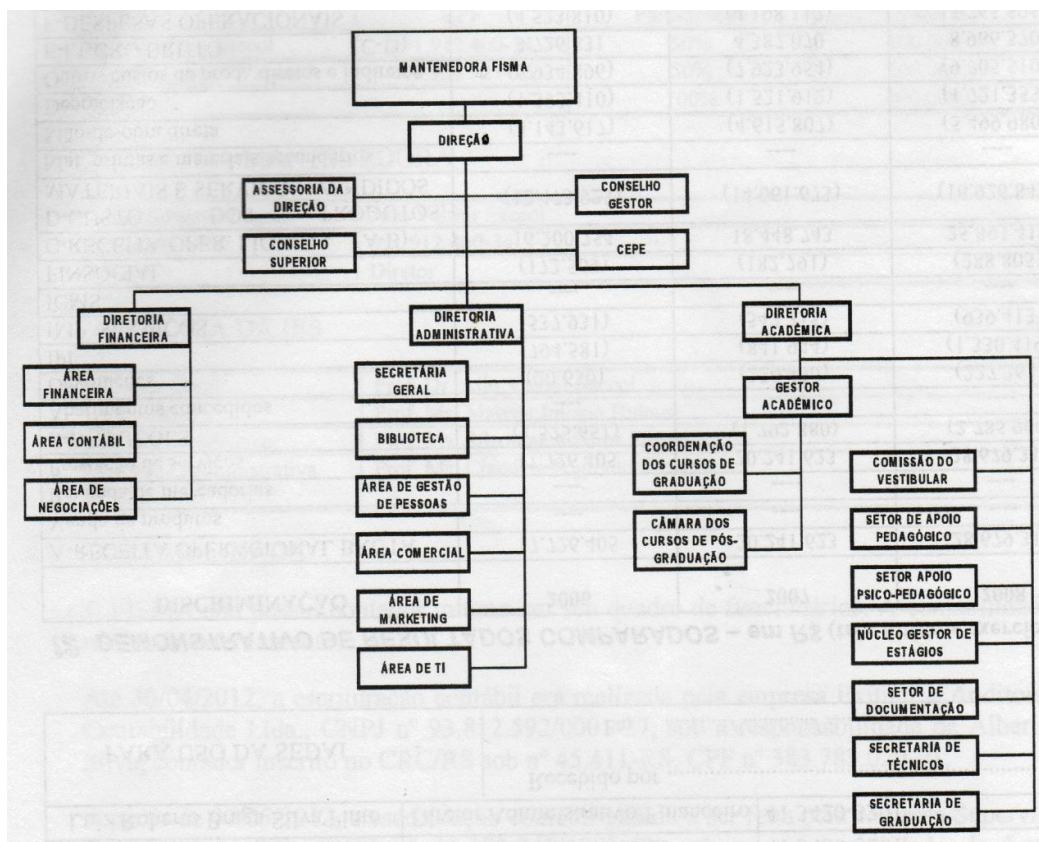


Figura 1: Organograma Institucional

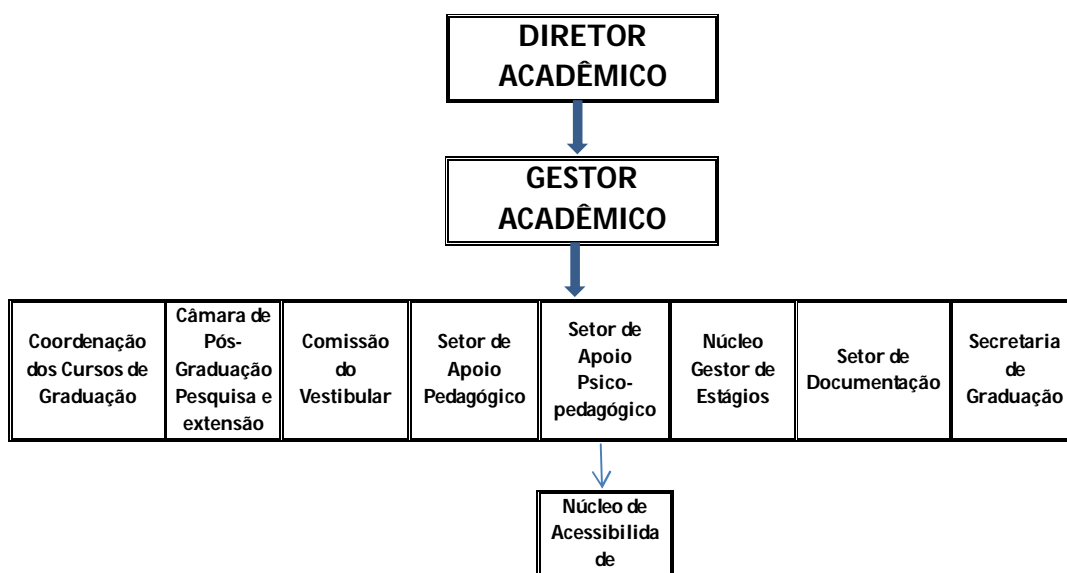


Figura 2: Organograma Acadêmico

## **6.8. Órgãos Colegiados: Composição e Competências**

Os órgãos colegiados são constituídos pelo Conselho Gestor; Conselho Superior e o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

### **6.8.1. Conselho Gestor**

O Conselho Gestor é um órgão de assessoramento da Direção, de natureza consultiva, constituído do: Diretor Geral, como Presidente; Vice-Diretor; Diretor Administrativo; Diretor Financeiro; Diretor Acadêmico; Assessor Jurídico e Assessor Contábil.

Os integrantes do Conselho Gestor serão designados pelo Diretor Geral e homologados pela Mantenedora (Faculdade Integrada de Santa Maria Ltda.).

#### **Compete ao Conselho Gestor:**

I - assessorar a Direção na elaboração do Regimento da Faculdade e suas alterações, submetendo-o, à apreciação da Mantenedora e ao órgão próprio do Sistema de Ensino;

II - assessorar a Direção na elaboração do plano administrativo-financeiro da Faculdade;

III - assessorar na análise e em recursos interpostos e nas decisões dos demais órgãos em matéria didático-científica e disciplinar;

IV - sugerir medidas que visem aperfeiçoar o desenvolvimento da Faculdade e opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral;

V - assessorar a Direção na definição e na implementação de estratégias visando a modernizar a estrutura e as rotinas administrativas da Faculdade;

VI - analisar a viabilidade técnica e econômica da criação de novos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação; e

VII - exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento Geral.

### **6.8.2. Conselho Superior**

O Conselho Superior é o colegiado máximo para deliberações coletivas em assuntos de caráter administrativo e de definição da política geral da Faculdade, e será composto do: Diretor Geral, como Presidente; Vice-Diretor; Diretor Administrativo; Diretor Financeiro; Assessor Jurídico; Diretor Acadêmico; Coordenadores dos Cursos; 1(um) representante da categoria Docente, por curso; 1(um) representante da categoria dos Técnicos Administrativos; e 1(um) representante dos discentes.

### **Compete ao Conselho Superior:**

- I - apreciar relatório anual da Diretoria;
- II - aprovar o Regimento da Faculdade, seus anexos e alterações necessárias, submetendo-o à aprovação do Ministério da Educação;
- III - aprovar os demais regimentos da Faculdade e normas do Diretório Acadêmico;
- IV - deliberar sobre matéria disciplinar e administrativa;
- V - analisar e aprovar a celebração de contratos e de convênios da Faculdade com outras Instituições de Ensino Superior, Empresas e Órgãos públicos e privados;
- VI - deliberar sobre a concessão de dignidades acadêmicas;
- VII - analisar e decidir a implantação de Cursos novos, aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VIII - julgar, como instância revisora, os recursos de decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, somente cabíveis nos casos de estrita arguição de ilegalidade;
- IX - realizar parecer sobre o Plano de Carreira Docente e dos Técnicos Administrativos;
- X - deliberar sobre outras matérias que lhes sejam atribuídas por Lei, pelo Regimento Geral, bem como sobre questões que neste ou em outros sejam omissas.

### **6.8.3. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão superior deliberativo e consultivo para todos os assuntos de ensino, pesquisa e extensão, sendo integrado pelos seguintes membros: Diretor Geral, como presidente; Diretor Acadêmico; Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação; 1 (um) representante do corpo docente, por curso; 1 (um) representante dos Diretórios Acadêmicos; e 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo.

Os representantes mencionados anteriormente terão um suplente, todos eleitos pelos seus pares, com mandato de um ano, podendo ser reconduzidos, uma vez, por igual período.

### **Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:**

- I - superintender e coordenar as atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II - aprovar o calendário escolar, normas sobre processo de seleção para ingresso no ensino superior, currículos e programas, matrículas, transferências, verificação de rendimento escolar, aproveitamento de estudos, regime de pesquisa e extensão, além de outras matérias de sua competência;

III - deliberar sobre a criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

IV - apreciar a elaboração da programação de cursos;

V - decidir sobre a ampliação e diminuição de vagas;

VI - examinar a programação das pesquisas e das atividades de extensão;

VII - deliberar originariamente, ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua esfera de competência não prevista no Regimento Geral e nos demais regimentos e normas da Faculdade;

VIII - decidir sobre propostas, indicadores ou representações de interesse da Faculdade em assuntos de sua esfera de ação;

IX - emitir outros pareceres, em matérias de sua competência;

X - analisar e aprovar os projetos pedagógicos dos cursos da Faculdade; e

XI - exercer as demais atribuições que lhes sejam previstas em lei e no Regimento Geral.

#### **6.8.4. Colegiado de Curso**

A coordenação didática de cada curso de Graduação e de Pós-Graduação ficará a cargo de um colegiado, o qual será presidido pelo Coordenador de Curso.

O Colegiado de cada Curso é constituído pelos seguintes membros: coordenador do curso, com formação na área (presidente); três (03) representantes dos professores com formação específica, eleitos por seus pares, e seus respectivos suplentes; e representação discente, constituída por 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente, devendo os mesmos ser indicados pela comunidade acadêmica do curso.

#### **Compete ao Colegiado de Curso:**

I - analisar e definir as cargas horárias e o total de créditos de seu respectivo curso, obedecendo à legislação em cada caso;

II - analisar e aprovar a oferta de disciplinas, em cada semestre, acompanhada da indicação dos respectivos docentes;

III - decidir critérios de avaliação didática do curso e o trabalho de final do mesmo;

IV - avaliar o curso de sua competência em função da natureza e dos objetivos do mesmo;

V - estabelecer o perfil do profissional a ser formado;

VI - participar de todos os aspectos da vida acadêmica do grupo discente em relação à

adaptação curricular, matrícula, trancamento e aproveitamento de estudos;

VII - avaliar a atuação dos docentes em relação aos objetivos do curso e da Faculdade;

VIII - estabelecer e dispensar pré-requisitos da matriz curricular;

IX - aprovar os programas das disciplinas, bem como, regulamentar as Atividades Complementares de Graduação;

X - deliberar, por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto de qualidade;

XI - zelar pelo compromisso ético e disciplinar da comunidade acadêmica da Faculdade; e

XII - zelar pelo cumprimento da legislação que norteia a formação profissional.

## **6.9. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas**

À Diretoria Acadêmica compete coordenar, supervisionar e dirigir a execução das atividades do ensino de graduação, de pós-graduação e de extensão, a qual é constituída pelo Diretor Acadêmico e pelo Gestor Acadêmico.

Os setores a seguir relacionados ficam vinculados à Diretoria Acadêmica, para fins de administração do ensino, pesquisa e extensão: *Câmara de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão; Comissão de Vestibular; Coordenação dos Cursos de Graduação; Núcleo Gestor de Estágios; Setor de Apoio Pedagógico; Setor de Apoio Psicopedagógico; Setor de Documentação; Secretaria Geral.* Os órgãos vinculados à Diretoria Acadêmica se orientarão por regimentos próprios, aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

### **6.9.1. Câmara dos Cursos de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão**

A Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão é o órgão responsável pela organização, implementação e funcionamento da pós-graduação, pesquisa e extensão da Faculdade Integrada de Santa Maria – FISMA. A Câmara de pós-graduação, pesquisa e extensão tem como objetivos:

a) Propor, elaborar e acompanhar a política de execução da pós-graduação, pesquisa e extensão;

b) Contribuir, de acordo com a política institucional, para a consolidação da pós-graduação, pesquisa e extensão como fundamentos do processo de ensino;

c) Propor diretrizes específicas de pesquisa, pós-graduação e extensão.

### **6.9.2. Comissão de Vestibular**

À Comissão de Vestibular compete organizar e aplicar o Processo Seletivo para ingresso dos alunos nos Cursos da Instituição cumprindo, assim, o que determina o Art. 49 do Regimento Geral que determina que o ingresso na Faculdade dar-se-á por Processo Seletivo e por Edital de Vagas. O edital para cada processo seletivo será publicado, com a devida antecedência, no qual deverão constar todas as informações tais como: vagas por curso, prazo de inscrição, documentação exigida, critérios de seleção, classificação, desempate e demais informações úteis. A forma de seleção e a maneira de efetivá-la serão propostas pela Comissão do Processo Seletivo e aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

### **6.9.3. Coordenação dos Cursos de Graduação**

Os cursos de graduação serão coordenados por professores, com formação na área de conhecimento do curso específico, que serão indicados e designados por portaria exarada pelo Diretor Geral da Faculdade.

O Coordenador de Curso, entre outras, exercer as seguintes atribuições: convocar e presidir as reuniões do colegiado de curso; analisar os planos de ensino das diversas disciplinas do seu curso e acompanhar a execução dos mesmos; orientar e aconselhar os alunos do curso no processo de matrícula; encaminhar, após aprovação do colegiado do curso, propostas de alteração de currículo para análise do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Cumprir e fazer cumprir o Projeto Pedagógico do Curso e zelar pelo bom andamento das atividades de ensino.

### **6.9.4. Núcleo Gestor de Estágios**

Cabe ao Núcleo Gestor de Estágios, fortalecer a interação entre a Instituição e a comunidade empresarial, oportunizando a aplicação dos conhecimentos acadêmicos ao Mercado de trabalho, e a responsabilidade pela administração dos convênios celebrados para os programas de Estágios Curriculares obrigatórios e não obrigatórios junto às empresas e a formalização dos documentos legais entre as partes. As ações do Núcleo serão normatizadas e aprovadas pelos órgãos competentes da Instituição.

### **6.9.5. Setor de Apoio Pedagógico**

Constitui-se no espaço de estudos e ações educacionais de apoio ao corpo docente visando a aprofundar seus conhecimentos relativos ao processo ensino-aprendizagem possibilitando-lhes melhor desempenho em sala de aula e um melhor aproveitamento por parte dos alunos.



#### **6.9.6. Setor de Apoio Psicopedagógico**

O Setor de Apoio Psicopedagógico é responsável pela organização e o desenvolvimento de serviços de acompanhamento ao corpo discente, visando a qualificação dos processos de aprendizagem dos mesmos.

O Setor busca proporcionar um ambiente acolhedor e estimulador, no qual os discentes possam expor suas dificuldades, barreiras, angústias e sentimentos com relação ao seu processo de aprendizagem e receber orientações de como potencializar sua aprendizagem, organizar-se para o estudo, otimizar seu tempo, entre outras questões que possibilitem tornarem-se agentes do seu processo de aprendizagem e ter sucesso na sua jornada acadêmica.

#### **6.9.7. Núcleo de Acessibilidade**

O Núcleo de Acessibilidade da FISMA tem por finalidade pesquisar, apoiar e orientar a comunidade acadêmica sobre o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, de caráter permanente ou temporário, estando de acordo com as políticas inclusivas. Busca possibilitar condições de acessibilidade aos discentes, docentes, funcionários técnico-administrativos e público em geral que mantém contato com a Instituição para que tenham as condições de acesso e permanência de qualidade, para que possam exercer suas atividades e funções com autonomia e segurança.

#### **6.9.8. Setor de Documentação**

O Setor de Documentação é o órgão responsável pelas atividades referentes ao registro, guarda de documentos e controle acadêmico. O Setor de Documentação é subordinado à Diretoria Acadêmica e tem como responsável o Secretário Acadêmico.

Entre as principais atividades do Setor de Documentação pode-se citar: apoiar as Coordenações de Cursos na realização das matrículas; lançar as matrículas efetuadas pelas Coordenações de Curso nos períodos previstos pelo Calendário Acadêmico; preencher os dados solicitados pelo MEC para informação do Censo da Educação Superior, ENADE e do Cadastro Docente; analisar e conferir a documentação e a integralização curricular dos prováveis formandos dos Cursos de Graduação; elaborar as atas de colação de grau e registro de certificados acadêmicos; emitir certificados de Conclusão, Diplomas e Históricos escolares para os alunos formados; zelar pelo sigilo de informações do setor e de assuntos de interesse da Faculdade e pelo patrimônio da Faculdade.

#### **6.9.9. Secretaria Geral: Secretaria de Graduação e de Pós-Graduação**

A Secretaria dos Cursos de Graduação tem como função assessorar aos coordenadores dos Cursos de Graduação bem como organizar e acompanhar as atividades de ensino em seus aspectos administrativos e pedagógicos.

A Secretaria dos Cursos de Graduação da FISMA está subordinada a Diretoria Administrativa, no que se refere às atividades administrativas gerais e à Diretoria Acadêmica nos aspectos pedagógicos e administrativos do ensino. Entre outras atividades cabe destacar as de assessorar as coordenações dos cursos nos processos de matrícula; entregar e receber os diários de classe após o término das aulas e manter a organização dos murais dos Cursos de Graduação tendo como uma tarefa muito importante a de atender aos estudantes que se dirigem a Secretaria em busca de informações.

## **7 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE ORIENTAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO**

### **7.1 Princípios e fundamentos da educação, do conhecimento e da *práxis* pedagógica**

A Faculdade Integrada de Santa Maria - FISMA - se propõe a formar sujeitos críticos, criativos, participativos, justos e conscientes dos valores morais e éticos e que possam contribuir para a construção/reconstrução de uma sociedade com dignidade e liberdade, capazes de uma atuação autônoma no mundo do trabalho, na política e nas relações sociais. Sendo assim, se propõe a formar um aluno não visando apenas o mercado de trabalho, mas também apto a enfrentar os desafios da vida em sociedade.

Acredita, por meio do seu comprometimento com a educação, contribuir para uma sociedade mais justa, democrática, solidária, respeitando uma cultura pluralista, pautada nos princípios éticos e no respeito à diversidade.

A FISMA assume assim, uma perspectiva crítica, inspirada nos princípios da dialética partindo de uma concepção de homem como um ser concreto, situado no tempo e no espaço, inserido num contexto sócio-econômico-cultural-político, num contexto histórico.

Para essa concepção de homem busca nas contribuições de Vygotsky a ideia de que o ser humano é um ser em permanente desenvolvimento e é por meio do outro que se desenvolve e se humaniza. A discussão desses pressupostos leva a instituição a assumir uma proposta fundamentada nos princípios da dialética.

A perspectiva sócio-histórica, na percepção de Vigotsky, concebe o homem, num sentido amplo, como um ser dotado de cultura e história que lhe são anteriores e que cabe a esse ser, num processo interativo mediatizado por trocas interpessoais com outros membros de sua espécie, se apropriar, produzir e reproduzir a sociedade a qual pertence.

Nessa perspectiva o educador passa a ser visto como um sujeito comprometido com a sociedade de seu tempo, que assume o compromisso por uma educação de qualidade o que implica em lutar por uma maior independência do aluno em formação, para que este possa participar na construção de uma sociedade melhor, mais justa e democrática.

Que o professor seja um sujeito pensante, crítico, que questione o tipo de educação que está desenvolvendo. A quem está beneficiando, ou seja, se está visando à manutenção da sociedade como está ou se está preocupado com uma educação mais voltada para a realidade global, objetivando a formação de um profissional apto a refletir e produzir novos conhecimentos acerca da sua prática profissional.

Sendo assim, busca-se a superação de uma ação docente embasada em pressupostos de um paradigma conservador, que sofre forte influência do pensamento newtoniano-cartesiano. O desafio que se coloca é buscar caminhos alternativos para que os professores possam

ultrapassar esta abordagem positivista, que caracteriza um ensino fragmentado e conservador, cujo objetivo é a reprodução do conhecimento. Busca-se outra dimensão, caracterizada como inovadora que tem como eixo central a produção do conhecimento, propondo uma ciência que supere a fragmentação em busca do todo.

Busca-se, assim, uma proposta pedagógica transformadora da realidade natural e humana; estabelecendo uma relação dialética da teoria e da prática, aqui denominada de práxis pedagógica.

Cabe ressaltar a necessidade de uma prática reflexiva, entendida como uma ação consciente, sem dicotomias, coerente, criativa e que acima de tudo produza mudanças qualitativas para o ensino. Para tanto a instituição se propõe a continuar investindo na formação continuada, buscando a formação de um professor reflexivo, que seja um profissional consciente do seu papel, que critica e desenvolve teorias sobre sua própria prática na medida em que reflete sozinho e coletivamente na ação e sobre ela. Um profissional capaz de gerir situações de aprendizagem com clareza sobre seus objetivos e determinantes.

Nessa nova maneira de compreender o trabalho docente, busca-se valorizar os saberes e experiências do professor enquanto elemento que está realmente inserido na realidade da instituição e ao mesmo tempo ampliar tais saberes à medida que o próprio professor se debruça sobre seu fazer procurando compreendê-lo e redimensioná-lo.

Segundo Pimenta e Ghedin (2002, p.135)

Fundar e fundamentar o saber docente na práxis (ação-reflexão-ação) é romper com o modelo "tecnicista mecânico" da tradicional divisão do trabalho e impor um novo paradigma epistemológico capaz de emancipar e "autonomizar" não só o educador, mas olhando-se a si e a própria autonomia, possibilitar a autêntica emancipação dos educandos, não sendo mais um agente formador de mão-de-obra para o mercado, mas o arquiteto da nova sociedade, livre e consciente do seu projeto político.

A lógica da complexidade, como também é conhecida, parte do entendimento de que a prática pedagógica está constantemente em construção. É no movimento prática-teoria-prática que a prática pedagógica se constrói. Isso acontece no momento em que o professor reflete sobre sua ação identificando problemáticas e aspectos incoerentes e, subsidiando-se de teoria, levanta hipótese para o enfrentamento da situação, à ela retorna tentando validá-las e, por fim, retoma uma atitude de análises que busca desenvolver uma síntese do processo, sistematizando aí um conhecimento originado da própria ação, num movimento crescente e intenso de ação-reflexão-ação.

O professor reflexivo ou pesquisador como vem sendo chamado, é então um professor que tenta tomar as rédeas do seu próprio fazer buscando superar a postura passiva: à medida que reflete na e sobre sua ação o professor desenvolve saberes e vai, paulatinamente, podendo compreender, relacionar, criar, optar e argumentar sobre suas próprias ações.

Segundo Behrens (2009, p.14) para alicerçar uma prática pedagógica que atenda a um paradigma emergente, aparece a necessidade de inter-relacionar contribuições significativas e

relevantes de várias correntes pedagógicas inovadoras, e que, neste momento histórico, aponta para uma aliança entre a abordagem progressista, a abordagem sistêmica e a abordagem do ensino com pesquisa.

Vamos doravante denominar a abordagem da FISMA como crítica envolvendo os elementos anteriormente citados por Behrens e enfatizando uma perspectiva transformadora, inspirada, como já citado anteriormente, nos princípios da dialética.

Numa perspectiva crítica de educação o conhecimento passa a ser integrado pelo trabalho interdisciplinar e pela contextualização, privilegiando, assim, a construção de conceitos e a apreensão crítica da realidade.

O conteúdo deixa de ser visto como um fim, mas sim como um meio para desenvolver competências.

## **7.2. Organização Didático-Pedagógica da Instituição**

A FISMA tem sua organização didático-pedagógica pautada inicialmente pelo preceito legal que determina como um Curso de Graduação se constitui. Em um primeiro momento se observa aquilo que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/96 ao tratar do Ensino Superior, o que preconiza a Lei do Exercício Profissional que regulamenta o exercício da profissão e, especialmente, as Diretrizes Curriculares para os Cursos.

Com a Diretriz se tem os parâmetros para a seleção dos conteúdos com base nos temas que sugerem as áreas de conhecimento que fazem parte da formação do egresso do Curso. As propostas do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) aliada ao “Perfil do Egresso” determinado pelo Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado de cada Curso determinam as especificidades que orientarão a seleção dos conteúdos que conformarão as unidades curriculares (disciplinas) que constituirão a Matriz Curricular do Curso.

O PPC construído com a participação da comunidade acadêmica é desenvolvido pelos professores para que ele seja cumprido conforme foi planejado. Para tanto, o trabalho da Coordenação, do Colegiado de Curso e do NDE são importantes no acompanhamento da execução de todas as atividades propostas no projeto do curso. A essa participação acrescenta-se o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) que realiza a avaliação do Curso e a avaliação do desempenho do professor em sala de aula.

A ação docente e discente daí decorrente deve se fundamentar em preceitos metodológicos que atendam as necessidades atuais em termos de formação de profissionais para o mundo do trabalho em constante transformação, portanto, não se podem ignorar as relações existentes entre o método e a lógica dialética do processo de ensino aprendizagem e suas decorrências político-pedagógicas para a prática docente.

O método de ensino deve ser visto como o caminho pelo qual se promova uma ação pedagógica consciente, organizada, reflexiva e crítica com a finalidade de tornar o trabalho

docente e discente mais produtivo para o alcance das metas desejadas e necessárias para o pleno desenvolvimento dos educandos.

A perspectiva interdisciplinar frisa a importância da interdependência da interação da comunicação entre as disciplinas e busca trabalhar o conhecimento de modo harmônico e significativo para tanto a postura do professor enquanto mediador do processo de ensino é fundamental, pois ele deve “pensar” interdisciplinarmente e estar constantemente articulado com os demais professores.

É fundamental pensar o espaço da sala de aula como um âmbito que conjuga a problematização de situações da realidade, o desenvolvimento de conhecimentos e a consolidação dos saberes nos contextos vividos, com uma dinâmica cíclica de construção. Assim, o espaço da sala de aula pode ser compreendido como fomentador do processo educativo no qual se integram ensino, pesquisa e extensão, o que possibilita uma opção flexibilizadora da formação em que a extensão ocupa um distinto lugar na formação do educando. Nesse sentido, abrirá caminhos para ampliar o entendimento de Currículo e, dessa forma, efetivar o real sentido de sua existência e importância na construção/geração de conhecimentos que venham ao encontro das reais necessidades da população.

Com base na proposta pedagógica adotada pela Instituição, a avaliação passa a ser vista como um processo de caráter diagnóstico, formativo. Entende-se que o que faz a avaliação é o objetivo, a meta, a postura do professor de favorecer o desenvolvimento, a aprendizagem do aluno.

A avaliação passa a ser formativa quando permite guiar aprendizagens em andamento, quando informa tanto o professor quanto ao aluno. Enquanto processo formativo a avaliação deve ser seguida por uma modificação das práticas do professor, sempre que necessário, com o objetivo de qualificar cada vez mais o processo ensino-aprendizagem.

Intenta-se assim explicitar as orientações acerca da práxis docente, que se alicerça no tripé ensino-pesquisa-extensão, voltado à realidade social. Nesse sentido algumas questões podem sinalizar ações, tais como: Onde e como o acadêmico pode interagir com as demandas locais e regionais visando à transformação social?

Além do preparo teórico necessário ao entendimento da profissão é dever da Instituição buscar formar um cidadão competente para intervir no espaço social preparando, assim, o aluno para o mundo do trabalho. Contribui de maneira significativa para essa formação o Estágio Supervisionado que propõe uma importante e imprescindível experiência para enriquecer a formação de profissionais nas diferentes áreas.

A Faculdade Integrada de Santa Maria está organizando a revisão dos seus projetos pedagógicos para que seus cursos de graduação avancem no modelo de formação profissional tornando seus Cursos agentes de formação para um futuro em que a certeza é cada vez menor. Para os novos PPCs prevê-se a implantação de atividades discentes em caráter semipresencial dentro do percentual previsto em lei. Esta proposta permitirá maior flexibilidade na oferta

dos componentes curriculares do Curso, ampliará a possibilidade de se disponibilizar ao aluno conhecimentos avançados bem além dos estudados em sala de aula.

A FISMA na busca pelo desenvolvimento de suas atividades acadêmicas está atenta às possibilidades de incorporação ao seu cotidiano pedagógico dos avanços tecnológicos que incorporam tecnologias de baixa e alta complexidade tais como os projetores digitais (Datashow) e simuladores de funcionamento do corpo humano ou parte dele em que o aluno dos cursos da área de saúde poderá envolver-se em atividades muito próximas a realidade que encontrará em sua atividade profissional.

### **7.3. Políticas de Ensino**

Vivemos hoje a sociedade da informação que traz consequências significativas nas trocas sociais e, especialmente, aquelas relacionadas às interações entre professores, alunos e instituições de ensino. As intensas transformações surgem com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação que teceram uma rede que une quase que instantaneamente as pessoas. O mesmo não se pode afirmar em relação à sala de aula já que existe aí um descompasso na velocidade com que os fatos ocorrem. Tem-se assim uma crise paradigmática e para ela deve convergir todo o esforço no sentido de unir os dois 'mundos' trazendo o melhor de cada um deles para melhor atendimento da juventude que deve ser educada nesse novo contexto.

Neste sentido o ensino, a aprendizagem e os recursos de ensino, além de outros importantes fatores, são elementos centrais no processo ensino-aprendizagem. Todo o esforço da instituição de ensino deve estar voltado para o cumprimento dos objetivos de formação profissional propostos no Projeto Pedagógico do Curso. Para tanto, se deve buscar nas novas tecnologias de informação e comunicação e um trabalho de muita qualidade do professor para o desenvolvimento da capacidade cognitiva do estudante, tornando-o, assim, um sujeito capaz de se adequar as novas exigências do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

Já para a oferta de novos cursos de graduação, a FISMA levará em conta em sua análise, entre outros aspectos, aqueles relacionados a uma pesquisa de mercado realizado pela All Consulting. Desse trabalho observam-se novos nichos surgidos no mercado, especialmente, em função do avanço da ciência e da tecnologia; ou ainda, em função do novo perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho.

Assim, tendo em vista o entendimento acima, bem como, os propósitos da missão e da visão institucional, delineiam-se como diretrizes para a política de ensino da FISMA:

- potencializar um ensino que vise a aprendizagem significativa;

- facilitar o desenvolvimento de um processo educativo interdisciplinar contextualizado a partir das necessidades regionais;
- desenvolver o ensino de modo a valorizar a cultura do empreendedorismo, do relacionamento humano e da ética;
- ampliar mecanismos de acompanhamento aos discentes (psicológico, pedagógico, psicopedagógico, cognocente);
- ampliar mecanismos de acompanhamento, formação continuada e inserção dos egressos da instituição ao mundo do trabalho;
- estimular a autonomia e a participação discente junto aos colegiados, diretórios e em outras atividades institucionais;
- manter os projetos pedagógicos dos cursos condizentes com a legislação vigente e com as demandas sociais;
- garantir a qualidade da Educação Superior;
- respeitar a diversidade e pluralidade de pensamento;
- viabilizar uma proposta pedagógica alicerçada na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; fortalecimento das bases científicas, tecnológicas e de inovação;
- estimular a produção, divulgação e socialização do conhecimento específico;
- fortalecer os cursos de graduação;
- assumir, cada vez mais, o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania plena;
- busca da excelência acadêmica;
- realizar a capacitação inicial e continuada de docentes e dos funcionários técnico-administrativos para desenvolver adequadamente as atividades acadêmicas;
- modernizar a oferta dos cursos de graduação com a utilização de recursos tecnológicos de diferentes níveis de complexidade;
- aperfeiçoar o programa de autoavaliação dos cursos de graduação em conjunto com a CPA;
- estimular o aprimoramento docente para o uso de novas tecnologias aplicadas ao ensino;

#### **7.4. Políticas de Pesquisa**

Visando a integração maior entre a Instituição e o meio onde está inserida, projeta-se que a IES deve ser elemento para o desenvolvimento de sua região. Este envolvimento define a vocação de uma instituição e a caracteriza como comprometida com a realidade social da



qual faz parte, e a compromete em manter, produzir e renovar conhecimentos, proporcionando educação formativa e permanente à população e através disso, aproximar a formação do profissional aos anseios da sociedade e das exigências do mundo de trabalho. Com o intuito de operacionalizar a pesquisa foi criada a Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão cujo regulamento foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão conforme o Parecer nº 03/2013 constante no Processo nº 293/2012.

Tendo em vista os apontamentos supracitados e a busca pelo desenvolvimento da pesquisa na instituição, delineiam-se suas diretrizes:

- problematizar a pesquisa como princípio educativo;
- fortalecer a articulação entre pesquisa, ensino, extensão na graduação e pós-graduação tendo como foco as demandas sociais, priorizando necessidades locais e regionais;
- estimular a inserção dos docentes ao desenvolvimento de pesquisas;
- promover práticas de intercâmbio nacional e internacional impulsionando a construção e divulgação de conhecimentos;
- apoiar docentes e discentes na produção e publicação científica;
- organizar e impulsionar eventos para disseminação, construção e (res)significação de saberes impactantes nos problemas socioculturais;
- avaliar a produção científica institucional;
- estimular, cada vez mais, a iniciação científica nas áreas de conhecimento de atuação da FISMA por meio do Programa de Iniciação Científica (PIC)
- fortalecer as atividades inerentes a Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão;
- organizar, em 2014 a estrutura da coordenação de ensino de pós-graduação, vinculada a diretoria acadêmica;
- oferecer, até 2018, no mínimo três cursos de pós-graduação em nível de especialização;
- sensibilizar a comunidade da faculdade em relação à importância que representa uma pós-graduação forte e abrangente e um quadro docente qualificado no atual contexto dos requisitos para a captação de recursos orçamentários e extras orçamentários;
- alicerçar a decisão de implantação de cursos de pós-graduação em resultados de pesquisas, que identifique as demandas e o perfil exigido pelo mercado.

## 7.5. Políticas de Extensão

A Política de Extensão da FISMA para o período de 2014-2018 é um instrumento sinalizador de propósitos que a Instituição torna público, e que se destinada a orientar seus recursos humanos na previsão, execução e avaliação de ações voltadas à formação de um profissional cidadão e ao atendimento de demandas da sociedade.

Sua concepção orienta-se pelos critérios legais da indissociabilidade das áreas do ensino, pesquisa e extensão, que objetiva proporcionar à sociedade brasileira aportes de conhecimentos destinados a superar os entraves de seu desenvolvimento. Da mesma forma, numa mão dupla que se estabelece, recebe da sociedade contribuições de suas vivências cotidianas e experiências agregadas historicamente por seus membros, as quais devem ser agregadas as atividades do ensino e aos programas de pesquisa.

Considera como mérito todos os esforços da comunidade acadêmica para estender saberes e de realizar uma efetiva interação com a comunidade, priorizando ações voltadas à melhoria das condições de vida e bem-estar da população. Nesse sentido, como parte de uma realidade maior que é a meta de reconhecimento público das IES plurais, democráticas e de qualidade, a área de extensão é o canal institucional de diálogo com a sociedade, de retroalimentação dos programas de pesquisa e de oportunidade para colocar a academia frente às realidades sociais. Por isso, necessita ter muito claro esse papel, devendo sua política de ação atender objetivamente os reais interesses da sociedade.

Deste modo, orientados substantivamente por tal política, aos atores institucionais cabe estabelecer as tarefas de planejamento, de registro, de inserção e de avaliação, que em última análise cumprirão a missão da Instituição. No resultado destas tarefas, a “extensão universitária”, entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa, de forma indissociável, deve viabilizar a relação transformadora entre as IES e a sociedade.

É neste contexto social que a FISMA, contanto com o suporte dos conceitos, princípios e diretrizes da extensão universitária brasileira, se propõe formular e executar suas ações de extensão. Neste sentido, estabelece com diretrizes básicas destas políticas duas ênfases:

Essa nova perspectiva pauta-se em encontrar soluções, através da pesquisa básica e aplicada, ligada às estratégias de ensino, voltadas a realimentar o processo de ensino-aprendizagem considerando-se a realidade concreta do cotidiano social.

A FISMA busca por meio de suas ações de extensão atingir os seguintes objetivos:

- Apoiar os movimentos sociais que atuam no encaminhamento da solução de demandas da sociedade local e regional;
- aprofundar o relacionamento institucional entre a FISMA e as comunidades atingidas pelas ações de pesquisa /extensão;

- fomentar novas iniciativas de pesquisa e extensão, mediante a realização de ações, por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos;
- concentrar, prioritariamente, esforços de trabalho para o atendimento das demandas relativas ao desenvolvimento social da área de abrangência da FISMA;
- fomentar a captação de recursos externos, via projetos de extensão e de prestação de serviços, visando à ampliação da estrutura laboratorial disponível na Instituição e qualificar o ensino de graduação e de pós-graduação;
- identificar oportunidades para encaminhamento de projetos institucionais;
- planificar e auxiliar as equipes executoras dos respectivos projetos, na qualificação e adequação dos projetos aos objetivos dos editais ou diretrizes dos organismos fomentadores;
- registrar e acompanhar o andamento dos projetos submetidos junto aos organismos fomentadores;
- fomentar a instituição de grupos de extensão e a sua interação com grupos consolidados e em outras Instituições de Ensino, Centros de Pesquisa nacionais e internacionais;
- fomentar e apoiar iniciativas à promoção de eventos científicos, extensionistas, educacionais, culturais e de integração acadêmica;
- aprimorar mecanismos de interação entre os programas de pesquisa/extensão/ prestação de serviços da FISMA, com setores produtivos empresariais e com o setor público para transferência e aplicabilidade dos conhecimentos acumulados ou gerados na Instituição.

Com o intuito de consolidar a política de extensão foi criado o Programa de Iniciação em Extensão aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

## **7.6. Políticas de Gestão**

A gestão, entendida como práticas administrativas que, por meio de estratégias, buscam resolver ou minimizar os entraves administrativos, para maximizar os resultados com os recursos existentes. Neste sentido o detalhamento do índice de participação nos recursos de outras despesas correntes tem como objetivo permitir, por meio da distribuição dos recursos orçamentários, o incentivo à produção, à produtividade e à implementação de políticas de desenvolvimento de áreas de atuação.

Visando a formatar e implantar uma Política de Gestão, para os próximos cinco anos, que contribua para desenvolvimento da FISMA, estabeleceu-se as seguintes estratégias:

- Cumprir e fazer cumprir fielmente o Regimento Geral e as demais resoluções normativas da Instituição;

- Qualificar e integrar harmonicamente todos os setores administrativos e acadêmicos da Instituição;
- Realizar pesquisa visando avaliar o clima organizacional da Instituição;
- Implementar programa com o objetivo ampliar a receita, através do aumento do quadro discente nos cursos existentes e/ ou em cursos novos;
- Desenvolver projeto e viabilizar recursos para ampliação do espaço físico da Instituição;
- Implementar programa de expansão dos cursos de graduação, pós-graduação, extensão, prestação de serviços e educação à distância;
- Ampliar a formação continuada dos professores em exercício, visando à reflexão crítica sobre as práticas docentes;
- Prover a Instituição de recursos e infraestrutura de apoio a pesquisa e a extensão;
- Prover recursos humanos, infraestrutura, equipamentos e materiais necessários e adequados à práxis educativa;
- Descentralizar e delegar competências e responsabilidades estimulando a autonomia e a criatividade profissional;
- Ampliar mecanismos de planejamento, avaliação e gestão;
- Acompanhar, avaliar e o PDI, o PPI e os PPCs;
- Avaliar e, se necessário, adequar o Plano de Carreira e o Plano de Cargos e Salários;
- Criar critérios para valoração da produtividade, do comprometimento e da qualificação do quadro docente;
- Avaliar o impacto dos serviços prestados por Docentes e Técnicos Administrativos à sociedade;
- Implementar um amplo programa de comunicação interna entre os distintos segmentos que integram a Instituição;
- Aprimorar a comunicação entre a Instituição e a Sociedade.

### **7.7. Responsabilidade Social da Instituição**

O ensino superior brasileiro contemporâneo possui, diante de si, desafios enormes a serem superados para a ampliação de seu processo de democratização. Talvez o maior deles seja pensar e criar mecanismos de incorporação de alunos, a princípio excluídos do mundo universitário, coadunados com a ampliação do investimento na estrutura física, humana,

pedagógica e tecnológica, em um contexto de extrema competição, com grandes conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros realizando fusões e incorporações com uma ferocidade desconhecida nesse nível de ensino (MELLO, 2009).

Apesar de as políticas públicas de financiamento dos estudos no ensino superior contemplarem as instituições privadas, por considerá-las parceiras indispensáveis de ampliação da oferta de vagas, ainda há certa demonização da relação públicas/privadas. As primeiras expressariam a qualidade e a excelência, enquanto as últimas representariam uma saída à falta de vagas no ensino superior público e sujeitas à sede dos capitalistas do setor, negligentes quanto à qualidade, mas atentos ao lucro (HEYMANN & ALBERTI, 2002).

Do total de 2.378 instituições, 2.100 são instituições privadas, sendo 89 universidades, 119 centros universitários e 1.892 faculdades (Inep/MEC, 2010). Apesar do aumento de instituições públicas nos últimos anos (BARREYRO, 2008), é inegável a responsabilidade do setor privado na concretização das metas de democratização do acesso ao ensino superior. Vale lembrar que as instituições privadas são reguladas pelos mecanismos institucionais do Ministério da Educação, que instituiu padrões de qualidade os quais, muitas vezes, não se sustentam diante da realidade, como por exemplo, a escassez de professores com titulação nas diferentes regiões do país (BARREYRO, 2008).

Outro dado significativo para essa análise é que das 1.892 faculdades privadas do país, 1.244 instituições encontram-se no interior, caso da FISMA, que caracteriza-se por sua identificação com o local e a região, onde vem se consolidando como uma de instituição que fornece referência de valores, conceitos, inovações e, também, como dinamizadora do desenvolvimento local e regional. Neste sentido, as IES como a FISMA podem constituir-se em dínamo das comunidades locais, fundamentalmente por ações de difusão de conhecimento, vinculadas a áreas com alguma *expertise* institucional, ou ainda, a iniciativas de pesquisa de temas ou problemas locais explorados por programas de iniciação científica. Esta estratégia amplia a identificação da instituição com a comunidade e com os problemas locais, oportunizando o seu maior envolvimento com a sociedade, através da realização de práticas de extensão e de pesquisa.

Um dos pontos nevrálgicos destas ações desenvolvidas pelas Instituições privadas, que para muitos se constitui em diferencial competitivo e estratégico para o mercado, é a atuação responsável diante da comunidade na qual está inserida – a Responsabilidade Social Universitária (RSU). Mais do que mera dimensão do instrumento de avaliação concebido pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, instituído pela Lei N°. 10.861, de 14 de abril de 2004, a responsabilidade Social das instituições privadas de ensino, principalmente aquelas localizadas em áreas afastadas dos grandes centros ou em sua periferia, lhe confere como essência – a sua relação com o lugar e com sua gente, o papel de âncora do desenvolvimento e referencial de competência técnica-profissional e de lastro intelectual.

A singularidade conquistada pelas faculdades forja-se na qualificação de profissionais e na perspectiva de direcionamento para o desenvolvimento local, visto que contam com corpo de profissionais capazes de realizar essa leitura e propor relações adequadas à realidade. Esse papel de articulação está inscrito na própria missão da instituição que, além de objetivos científicos e pedagógicos, abriga a valorização de princípios éticos, morais e políticos (a oportunidade de vivenciar práticas cidadãs). Lohn (2011) considera a busca da missão da Instituição de Ensino Superior como o cumprimento de sua Responsabilidade Social. Em síntese, esta afirmação é verdadeira, contudo, muito estreita para abarcar todo o seu sentido.

A dimensão da Responsabilidade Social encontra-se amalgamada na própria história das faculdades privadas, pois trabalha questões impulsoras da comunidade local por meio de sete ações ou práticas institucionais: 1) fomento de ações empreendedoras; 2) estímulo ao diálogo entre diferentes sujeitos e atores sociais; 3) acolhimento e integração da população que, até recentemente, pleiteava o ingresso no ensino superior; 4) criação de polos de inovação e de formação continuada de trabalhadores especializados; 5) vivência de ações de cidadania; 6) vivência do processo educativo em perspectiva humanizadora; e 7) criação de espaços de empregabilidade.

O agir responsável, nesse caso, compõe a identidade da instituição, pois ela não se realiza e não se constitui apenas como cumprimento de sua função legal, ela é lançada pela própria comunidade local, que reconhece seu papel para novas tarefas.

Normalmente, o aspecto mais ressaltado no tocante à Responsabilidade Social é o assistencialismo, que muitas instituições confundem com vivências de cidadania (LOHN, 2011). O assistencialismo vincula-se a ações voltadas a grupos reconhecidos como incapazes de prover suas necessidades básicas ou com limitações profundas para a execução de tarefas que garantam a sobrevivência do grupo. A grande mudança é quando a comunidade universitária inicia uma série de ações que colocam em pauta o desenvolvimento de relações democráticas na sociedade, nas quais são necessárias ações de inclusão que não se esgotam em um momento, pelo contrário, mostram-se permanentes.

Outro aspecto que envolve ações de cidadania é o sentimento de desejar alterar condições de vida para o viver bem. Neste sentido, a FISMA vê nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Por exemplo, um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àquelas de um jovem da camada média [...] (BOURDIEU, 1989, p.5).

Frente a este contexto social, a Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA), desde o período do seu último PDI (2009 – 2013), vem incorporando na sua missão a consciência de sua responsabilidade social. Em razão disto, tomou a decisão política de interagir com a

sociedade local, regional e nacional, através de proposições de ações de cidadania, que mobilize o conhecimento conquistado ao longo do ensino superior, como forma, mais eficiente de solucionar os verdadeiros problemas sociais. Com esta consciência, vem desenvolvendo ações de inclusão social, visando a superação de situações de marginalização e desqualificação, através dos seguintes programas:

#### A) Programa de Inclusão ao Ensino Superior

O desenvolvimento desse programa teve início no período do PDI 2009-2013, com a denominação de "Apoio Financeiro aos Alunos" com o objetivo de facilitar o acesso e assegurar a permanência do aluno, pertencente as classes sociais "C" e "D", no ensino superior da FISMA, através do apoio financeiro na forma de bolsa de estudo. Neste sentido, vem desde lá concedendo aos seus alunos diversos tipos de bolsas e de financiamento estudantil, dentre os quais destacam-se:

- Política de descontos (bolsas) e premiação (Resolução 01/2009) – Esta política previa a concessão de desconto no valor da mensalidade, na forma de bolsa (revogada, para novas concessões no período do presente PDI) ;
- Concessão da Bolsa Social FISMA (Resolução 02/2009) – Esta bolsa era destinada a alunos selecionados, mas não contemplados pelo PROUNI, para Bolsa Parcial de 50% (revogada, para novas concessões no período do presente PDI);
- Bolsa Cidadã – Esta bolsa, com valor equivalente a 20% do valor da mensalidade, era concedida a todo o aluno que não era beneficiado por qualquer outro tipo de bolsa ou financiamento;
- Bolsas Corporativas – Esta bolsa, com valor equivalente a 30% do valor da mensalidade, era destinada para os colaboradores e seus familiares vinculados as organizações públicas e privadas conveniadas com a FISMA;
- Bolsa PROUNI: Com a adesão a este programa pública, a IES concedia bolsas integrais e parciais, via Programa PROUNI, a alunos "carentes";
- Financiamento Educacional - A Instituição ao aderir ao Programa Público de Financiamento (FIES), disponibiliza aos seus acadêmicos matriculados em um dos seus Cursos de Graduação, financiamento ilimitado de até 100%;
- Bolsa FISMA INCLUIR – Esta bolsa foi instituída para o atendimento de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE). O candidato aprovado no Processo Seletivo para o Programa FISMA INCLUIR é beneficiado com uma Bolsa Integral (100%), sendo disponibilizadas, a cada processo seletivo, duas bolsas para cada Curso de Graduação.
- Bolsa PROIES - é uma bolsa integral (100%) ofertada pela FISMA, através de sua adesão ao Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Financiamento das Instituições de

Ensino Superior (PROIES). O candidato, para pleitear esta bolsa deve prestar a prova do ENEM e inscrever-se como candidato à bolsa, através do Site do PROUNI.

## B) Programa de atendimento ao discente

A Responsabilidade Social Universitária atualmente perpassa todas as ações das instituições privadas de ensino superior, principalmente as localizadas no interior ou nas franjas das grandes cidades, pois é o que lhes assegura sua própria sobrevivência diante do cenário extremamente competitivo. Não que elas entendam a Responsabilidade Social como um diferencial competitivo de mercado, mas porque esse diferencial já se amalgamou em sua própria definição, pois é o que lhe confere identidade e reconhecimento diante de diferentes grupos sociais locais. Assim, o ***acolhimento e a integração destes diferentes grupos sociais, que até recentemente pleiteava o ingresso no ensino superior, é de fundamental importância*** para que se estabeleça a abertura do diálogo, a aceitação das diferenças, e a criação de mecanismos de acolhimento e integração nas atividades-síntese do ensino superior: o ensino, a pesquisa e a extensão.

A inclusão deste grupo social resulta em dois movimentos, que podem acarretar profundas alterações no ensino superior, os quais não são excludentes, tampouco incompatíveis. O primeiro consiste na adoção de um fazer didático-pedagógico baseado nas ferramentas de tecnologia e informação, associado aos materiais e programas didáticos, racionalizados por um modelo de gestão norteada para obtenção de resultados claros, que contemplem a excelência diante dos instrumentos de avaliação institucionalizados pelo poder público e encampados pela sociedade como parâmetro de qualidade do ensino. O outro movimento mostra-se atento aos mesmos parâmetros de qualidade do ensino, porém com um fazer didático-pedagógico fundamentado no diálogo e em metodologias ativas de aprendizagem, que possuem na prática social seu maior campo de inspiração e exercício, regados a um modelo de gestão que não abre mão de resultados, não os puramente quantitativos, mas aqueles vinculados à transformação pessoal e coletiva, nas dimensões cognitivas, políticas, morais e éticas.

Segundo Vitor Paro (2007) aponta que o conceito de qualidade de ensino e a definição imprecisa dos objetivos da escola são responsáveis pela grande divergência sobre a qualidade do ensino. Para esse autor, o objetivo primordial da escola é a educação para a democracia. Os instrumentos tradicionais de avaliação e os novos instrumentos de avaliação nacionais e internacionais são inadequados para se saber o quanto se caminhou para atingir objetivos imateriais como valores, ética, posturas.

*[...] Na falta de um conceito mais fundamentado de qualidade do ensino, o que acaba prevalecendo é aquele que reforça uma concepção tradicional e conservadora da educação, cuja qualidade é considerada passível de ser medida pela quantidade de informações exibida pelos sujeitos presumivelmente educados. Essa concepção não apenas predomina nas*



*estatísticas apresentadas pelos organismos governamentais, que se propagam por toda a mídia e acabam pautando os assuntos da imprensa [...] mas se faz presente também em muitos estudos acadêmicos sobre políticas públicas em educação (PARO, 2007, p.20).*

Dessa forma, normalmente as avaliações diagnósticas e os próprios instrumentos de avaliação do processo seletivo desqualificam boa parte dos alunos ingressantes, os denunciando como herdeiros de um sistema escolar agonizante. O fracasso escolar está anunciado. Não se consegue avaliar valores, ética, solidariedade, capacidade de respeitar e entender as diferenças, ou seja, posturas fundamentais na constituição de um profissional competente, crítico e preocupado como o usufruto dos bens sociais e culturais historicamente construídos (PARO, 2007). Deste modo, uma das mais importantes facetas de responsabilidade social das faculdades deveria ser compreender esse processo de exclusão e propor formas alternativas do que muitas instituições chamam de nivelamento, recuperação e reciclagem (nomenclatura e espírito que, de imediato, classifica o aluno ingressante como desqualificado, sem capital cultural suficiente para seguir no estudo do ensino superior).

Algumas experiências bem-sucedidas apontam para uma mudança paradigmática no tocante à recepção do aluno ingressante e à perspectiva de incluí-los no sistema sem desqualificá-lo em qualquer sentido. Após análise da produção dos alunos ingressantes pelos instrumentos de avaliação utilizados no processo seletivo, é realizado um convite aos alunos com maiores dificuldades para participarem de grupo de estudos de constituição heterogênea (com alunos de diferentes períodos e cursos) e multidisciplinar, dedicado a estudar temática de relevância local e com possibilidade de gerar subtemas mais próximos à área de interesse de cada curso. O convívio dos alunos e professores e o cumprimento de tarefas de diferentes graus de complexidade permitem o desenvolvimento do grupo em todos os aspectos: cognitivo, cultural, emocional e ético.

Aprender é necessariamente uma forma de praticar o conhecimento, é apropriar-se de seus processos específicos. O fundamental no conhecimento não é a sua condição de produto, mas o seu processo. Com efeito, o saber é resultante de uma construção histórica, realizada por um sujeito coletivo. Daí a importância da pesquisa, entendida como processo de construção dos objetos do conhecimento e a relevância que a ciência assume em nossa sociedade (SEVERINO, 2008 p. 20). Dessa forma, o que se consegue é o acolhimento de pessoas com histórico de deficiências de aprendizagem de forma inclusiva e significativa, pois, de imediato, tornam-se estudantes do ensino superior capazes de realizar pesquisa, entender problemas, propor soluções e não o contrário, como deficiências quase irrecuperáveis e propensas a um novo fracasso escolar. Além disso, essa experiência possibilita a integração de alunos de diferentes turmas, cursos, professores, perspectivas profissionais e concepções metodológicas.

### C) Programa de Apoio Pedagógico

A realidade acima contextualizada, ainda, durante o PDI-2009/2013, levaram a FISMA iniciar o desenvolvimento de ações de Apoio Pedagógico, visando contribuir para o desenvolvimento integral do acadêmico. Assim, com este objetivo, foram criados os Setores de Apoio Pedagógico, de Apoio Psicopedagógico, o Núcleo de Acessibilidade e o Serviço de Atendimento ao Estudante (SAE), os quais estão regulamentados em regimento próprio.

**a) O Setor de Apoio Pedagógico** configura-se como espaço de estudos e ações educacionais de apoio ao corpo docente visando a aprofundar seus conhecimentos relativos ao processo ensino-aprendizagem possibilitando-lhes melhor desempenho em sala de aula e um melhor aproveitamento por parte dos alunos.

**b) O Setor de Apoio Psicopedagógico** tem como objetivo oferecer ao corpo discente apoio didático pedagógico permanente, contribuir para o desenvolvimento acadêmico e para o processo de adaptação do estudante em seus aspectos emocionais e pedagógicos. Realizar atendimento pontual e breve aos alunos, através de uma escuta da situação-problema e fornecendo orientações que ajudem na busca de alternativas de solução para as dificuldades apresentadas.

**c) Núcleo de Acessibilidade:** tem como objetivo implementar a política de inclusão e acessibilidade na Instituição, garantindo acesso e permanência de qualidade às pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, de caráter temporário ou permanente. Busca promover ações que visem a eliminar qualquer situação que restrinja a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional destes sujeitos.

**d) O Serviço de Atendimento ao Estudante (SAE)** constitui-se num elo entre o discente e a Instituição. Tem como objetivo primordial a busca de alternativas que auxiliem os mesmos a suprir dificuldades de cunho financeiro e de adaptações sociais que possam interferir no seu acesso ou permanência nos Cursos. Suas ações visam tornar pública, informação sobre bolsas e financiamentos que a Instituição oferece. Essas informações são disponibilizadas para a comunidade acadêmica por meio de ferramentas de comunicação tais como: site da Instituição, redes sociais, malas diretas, entre outras.

Estas ações, associadas às previstas no programa de inclusão ao ensino superior, têm garantido um dos menores índices de evasão e de inadimplência na Instituição, pois coloca o aluno em contato direto com os setores competentes para buscar alternativas que viabilizem o acesso e a sua permanência na mesma, mas que também auxiliam na solução das dificuldades pessoais e de aprendizagem.

#### D). Programa de fomento de ações empreendedoras

A expansão das vagas no ensino superior, a melhor distribuição de renda no país e as políticas públicas de financiamento para ingresso e permanência no ensino superior trouxeram novo público, ávido por oportunidades, porém com defasagens em sua trajetória

educacional e cultural. A lógica dos diferentes processos seletivos tem se alterado, buscando avaliar competências necessárias ao contexto contemporâneo, mas não se restringindo à instrumentos de avaliação.

Esse fato traz a obrigação da instituição acolhedora em promover a construção de habilidades e competências primordiais ao sucesso no ensino superior, além de incentivar a ampliação do capital cultural individual e coletivo (SANTOS, 2001). Não há dúvida que o movimento de crescimento do ensino superior, com o ingresso de populações antes excluídas, provoca discussões que remontam a um mesmo fenômeno, observado nos anos 70 em relação à ampliação das vagas no ensino médio, o qual preconizava que a popularização do ensino redundaria em queda de qualidade.

O reconhecimento dessa vantagem não é fácil, tampouco é simples a introjeção de que é necessário alterar profundamente as concepções de ensino, as metodologias e a relação Professor-Aluno-Instituição. Uma amostra dessa dificuldade é o alto índice de evasão de alunos ingressantes no ensino superior, logo no primeiro ano do curso. Dentre os motivos apontados para a desistência está a dificuldade do diálogo e as metodologias de ensino que tendem a excluir alunos com menor capital cultural e dificuldades em sua trajetória escolar.

O Censo Inep/MEC-2010 revela como é dramática essa realidade, mostrando o número total de matriculados e o número de egressos: no Brasil houve, pelo Censo, 5.449.120 matrículas, sendo 3.987.424 em instituições privadas. As faculdades das capitais foram responsáveis por 1.722.956 matrículas e as faculdades localizadas no interior por 980.438 dessas. Porém, os números ganham cores negativas quando se analisa o número de concluintes: pelo mesmo censo, 829.286 alunos concluíram o curso superior no Brasil e desses, 650.876 finalizaram seus cursos em instituições privadas, sendo 259.946 em faculdades, das quais 158.785 no interior do país.

Não é possível apontar apenas um fator para a evasão nessas proporções, o fato é que o ensino superior deve realizar uma renovação completa da forma como recebe e compreende os alunos que aí chegam. Evidentemente, o ingresso desses alunos se faz estimulado pelo paradigma que hoje é corrente de que as chances de sucesso profissional e de oportunidades aumentam, exponencialmente, quanto maior for a qualificação.

Nesse sentido e, finalmente, a raiz da argumentação deste primeiro ponto da dimensão Responsabilidade Social das faculdades privadas, sobretudo localizadas no interior, é estimular essa qualificação e desenvolver o espírito empreendedor, tornar palpável o sonho de maior preparo e trabalhar as competências para ter sucesso em um empreendimento ou em uma função profissional.

As faculdades privadas e, especificamente a FISMA, silenciosamente, realizam tarefa semelhante. Facilitam o acesso e promovem o acolhimento de pessoas excluídas de uma trajetória educacional ideal, ampliam suas potencialidades pela construção de habilidades e competências para a sua inserção em um mercado de trabalho, com remuneração,

difícilmente alcançada em outras circunstâncias e, em consequência, imprimem dinamismo à comunidade local e regional.

Para o período do presente PDI (2014-2018), a IES além de manter, ampliar e qualificar os programas acima referido a FISMA projeta, também, implementar de outros programas e ações, visando fomentar as ações empreendedoras, para ampliar o leque de oportunidades dos seus alunos no mundo do trabalho. Entres estes programas e ações previstas, destacam-se:

- Instituir o Programa de Nivelamento com o objetivo é evitar o baixo aproveitamento nos estudos, a evasão escolar e a repetência, através da recuperação de eventuais falhas na formação do aluno ingressante;
- Programa de desenvolvimento de Grupos de Estudos;
- Programas de Iniciação científica e extensão universitária;
- Programa e Ações de desenvolvimento da cultura do empreendedorismo;
- Programas e ações de preparação para o desenvolvimento de carreira.
- Programa amigos da Instituição – este programa visa à participação dos atuais alunos nas ações para retenção e captação de novos alunos e desenvolvimento institucional,
- Programa de ações preparatórias ao primeiro emprego e de qualificação continuado do egresso, através da ampliação das parcerias institucionais e construção de rede de relacionamento interinstitucional;
- Programa de apoio as iniciativas para promoção de eventos sociais, culturais e de integração acadêmica, através da construção de nova área de convivência e lazer;
- Promover redes de parceria, visando a disponibilizar aos seus acadêmicos estágios remunerados e empregos, facilitando com isso o custeio dos seus estudos.

#### E) Programa Criação de espaço de empregabilidade

As facetas dimensionais da Responsabilidade Social são intercomunicantes nas instituições de ensino. As faculdades isoladas, notadamente as localizadas no interior e nas regiões metropolitanas, são constantemente chamadas a refletir sobre um grande tema, considerado novo, moderno ou inovador nas áreas de sua *expertise*. O campo da educação (as licenciaturas) convive com essas questões corriqueiramente.

Os docentes do ensino superior de uma localidade contribuem com as discussões das Diretorias e Secretarias de Ensino sobre avaliação, disciplina/indisciplina dos alunos, participação popular, violência nas escolas, metodologias ativas de aprendizagem, entre outros assuntos. As faculdades isoladas representam a voz da academia e da ciência em suas comunidades, constituindo-se em referencial de posicionamento crítico e neutro. Também são

chamadas para treinar e capacitar colaboradores de empresas da região, cumprindo papel primordial de desenvolver programas de formação continuada, seja sob demanda ou elaborados à luz do que elas mesmas enxergam como adequado ou necessário para um momento específico. É nesse ponto que a própria instituição se reinventa, pois consegue conceber outras formas de relacionamento com o público, oferecendo novas modalidades de cursos (extensão, aprofundamento e especialização) com formatos e abordagens totalmente diferenciadas.

É evidente que esse movimento possui uma dupla natureza, que não são excludentes, tampouco menores: de um lado a instituição não pode ficar alheia às novas tecnologias e aos novos formatos de cursos e produtos que contemporaneamente se desejam, e de outro, esse relacionamento proporciona oportunidades de diversificar seu financiamento, fato que lhe garante crescimento ou sobrevivência.

Na caracterização das instituições privadas como referencial cultural, ético, de competência profissional há, em grande parte, uma procura da sociedade e dos seus setores produtivos por profissionais aptos a assumirem postos de trabalho na localidade, exercendo direta ou indiretamente funções de liderança diante do quadro de qualificação profissional da região. Nesse sentido, mais uma faceta de Responsabilidade Social das pequenas instituições de ensino é revelada: constituírem-se como um centro de oportunidades aos estudantes do primeiro emprego, ou ainda, assumirem uma nova posição no mercado de trabalho.

Assim, o núcleo ou setor de estágios das faculdades assume dupla função: acompanhar, orientar e avaliar as atividades de estágio curricular e, inevitavelmente, reunir informações sobre vagas de estágios não curriculares nas empresas da região. Há uma relação direta entre essa faceta de Responsabilidade Social e a questão do polo dinâmico de oportunidades e a questão da economia local. À medida que a competência profissional, técnica e humana é reconhecida localmente, a busca por profissionais formados pelas instituições é algo natural e muito considerada por aqueles que vivem a instituição e por aqueles que admiram a instituição - a inserção no mercado de trabalho em condições de provocar mudanças na esfera pessoal é um dos aspectos mais relevantes da Responsabilidade Social Universitária.

A FISMA, neste sentido, como instituição formadora, se posiciona frente aos desafios postos pelas questões atinentes de seu tempo, orientando o ensino, a pesquisa e a extensão às demandas da comunidade e do mundo do trabalho. Para tanto, a partir de sua especificidade, qual seja, a formação de recursos humanos de nível superior prima pela busca da excelência e de atributos voltados à cidadania, com o objetivo contribuir com o crescimento econômico regional, através de ações comunitárias, tendo em vista a promoção da qualidade de vida da população e a inclusão social. No desenvolvimento destas ações a FISMA cria o espaço de vivência prática para os seus alunos, através realização das suas práticas acadêmicas e da realização dos seus estágios profissionais.

Ao longo de vigência do PDI (2009-2013) a Instituição estabeleceu uma série de parcerias com diferentes organizações públicas e privadas visando desenvolver a sua política de interação com a sociedade local e regional, através do desenvolvimento de Ações Comunitárias, visando criar não só os campos de práticas e estágio acadêmicos, mas também como estratégia de criação de espaço de empregabilidade. Desta forma, tem orientado as ações interinstitucionais a partir do definido no SINAES em especial em seu Artigo 3º, Inciso III, da Lei N.º.10.861, de 14 de abril de 2004, quanto à responsabilidade social da Instituição. Nele subentende-se que a contribuição deve ter relação com “a inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e com o patrimônio cultural” (BRASIL, 2004, s.p.).

Nesse contexto, a FISMA, não obstante a sua personalidade jurídica de empresa privada, com fins lucrativos, se preocupa com o planejamento de ações que promovam a inclusão social da comunidade e que contribuam na construção da sua cidadania, visando ao desenvolvimento pessoal, cultural, profissional e social.

A responsabilidade social da FISMA, também fica evidente quando do cumprimento da sua Missão, que vem se voltando na busca por ideais mais coletivos e sustentáveis, sem se distanciar dos objetivos da própria Instituição. A partir dessas sinalizações, e respeitando as especificidades de suas áreas de atuação, a FISMA dá vida a sua responsabilidade social nas ações a seguir propostas:

- Participar de campanhas de prevenção ao câncer de mama e de próstata;
- auxiliar os órgãos públicos nas campanhas de vacinação da população;
- continuar e ampliar as Palestras de Educação em Saúde, relacionadas aos temas de prevenção de infecções comuns no inverno e doenças sexualmente transmissíveis aos estudantes da rede municipal e estadual de ensino;
- manter as atividades alusivas à promoção de agravos à saúde da mulher, em serviço da rede básica do município de Santa Maria, por meio do projeto OUTUBRO ROSA;
- manter as atividades alusivas à promoção de agravos à saúde do homem, em serviço da rede básica do município de Santa Maria, por meio do projeto NOVEMBRO AZUL;
- participar das atividades alusivas ao Dia Mundial de Prevenção e Combate ao Diabete mellitus em parceria com a Secretaria da Saúde de Santa Maria;
- coletar amostras para exames citopatológicos para o programa Saúde em Ação;
- desenvolver atividades na semana do Idoso e no grupo de Idosos na comunidade;
- prestar assistência psicológica a membros da comunidade, tais como: crianças, adolescentes, adultos, casais, famílias e grupos;

- geração de trabalho e renda: capacitando pessoas da sociedade, através de curso subsidiado, para colaboradores das Organizações de Assistência Social;
- apoiar tecnicamente as diversas organizações de assistência, sediadas no Município de Santa Maria;
- convênio com diversas organizações públicas e privadas, com o objetivo de oportunizar estágio e emprego aos acadêmicos da Instituição;
- convênio com o Judiciário para prestação de serviço voluntário, nos processos de reconhecimento de paternidade;
- participação da Parceria UFSM/Prefeitura Municipal de Santa Maria/ FISMA, para realizar o diagnóstico das Organizações de Assistência Social de Santa Maria, visando construir a “Rede de Proteção a Criança e o Adolescente”;
- desenvolver parcerias, com organizações empresariais, visando desenvolver programas de capacitação, formação e qualificação dos profissionais nos diferentes segmentos comerciais e empresariais.

## **8 PERFIL DE EGRESSO**

Tendo em vista as demandas do mundo do trabalho, as quais remetem a um modelo de “produção flexível” sente-se a necessidade da construção de um novo perfil profissional. Assim, entende-se que a formação deve estar voltada à resiliência, à cidadania, à criticidade, à criatividade. O mundo do trabalho, na atualidade, necessita um profissional que atue de forma “crítica e criativa, com aptidão para o trabalho em equipe e capacidade para executar tarefas variadas e de responsabilidade”. Apesar dessas competências na FISMA perfila-se um profissional que apresente além das capacidades técnicas inerentes a sua especificidade de formação, elevada consciência política e social, ética no agir e no pensar bem como sensibilidade numa busca pela humanização.

Entende-se ainda que um profissional precise evidenciar um aprofundado conhecimento das problemáticas locais, regionais e nacionais com vistas a consolidar intervenções de relevância social. Nessa perspectiva, a formação interdisciplinar é um fundamento da formação institucional, que distingue os egressos no mercado de trabalho. Tal distinção se dá, na medida em que o egresso se insere no lócus de atuação profissional expressando as competências desenvolvidas e desta forma atendendo exigências da sociedade contemporânea.

Outra competência que merece destaque diz respeito ao desenvolvimento da consciência do inacabamento da formação profissional. Tal consciência se alicerça a partir da construção diária da práxis pedagógica, uma vez que esta tem a pesquisa como mote central da formação. Por isso o egresso terá a percepção de que o conhecimento não se estrutura e nem se consolida de forma dogmática, ao contrário, é relativo, tendo em vista que o mesmo é histórico, cultural e dialeticamente construído. Delineia-se assim, um perfil profissional consciente da necessidade da formação permanente.

### **8.1. Seleção de conteúdos**

Os conteúdos a serem elencados nos diferentes Cursos da Instituição partirão de algumas premissas teóricas, as quais considerarão inicialmente os “princípios e fundamentos da educação, do conhecimento e da práxis pedagógica da Instituição”, que representam as acepções ideológicas, filosóficas, sociológicas da FISMA. Acredita-se, assim, que estas incitam um olhar histórico-cultural as demandas sociais. Para tanto, através de investigações se conhecerá a realidade social nas suas diferentes dimensões numa busca por lapidar os conhecimentos instituídos. A seleção de conteúdos, por fim, também levará em consideração o saber científico já sistematizado pela humanidade para as diferentes áreas do conhecimento.

Ressalta-se, ainda, que se poderá realizar adaptação ou flexibilização curricular, conforme previsto na legislação educacional específica, visando a atender necessidades



educacionais dos educandos. Entendemos “adaptações curriculares” como as possibilidades educacionais que facultam o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem a partir dos distintos elementos da construção do conhecimento. Isto equivale a dizer que não estaremos produzindo um novo currículo, mas que o concebemos como “dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos”.

## **8.2 Princípios metodológicos**

Considerando que a abordagem histórico-cultural pressupõe a construção de uma aprendizagem significativa, os pressupostos metodológicos adotados na Instituição precisam consolidar-se de forma a potencializar essa significação, o que equivale a dizer que não teremos técnicas estanques, ao contrário, adotaremos metodologias múltiplas e participativas na construção de saberes. Nesse sentido, considera-se o discente como elemento central do processo de ensino e de aprendizagem, haja vista que esta perspectiva teórica pressupõe o aprendizado como uma interação do sujeito sobre o objeto do conhecimento, cabendo ao professor mediar essa relação. Cabe reiterar que, embora o educador medeie o processo, o percurso da construção dever ser realizado pelo educando. Nesse sentido, a metodologia da práxis pedagógica primará pela construção interdisciplinar de saberes que, preferencialmente, deverá orientar-se na integração ensino, pesquisa e extensão. Isso equivale a dizer que educador e educando estarão de forma cidadã olhando a sociedade, problematizando-a e propondo, permanentemente, maneiras de intervenção social.

## 9 DO PERFIL, DA CONTRATAÇÃO E DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

### 9.1. Titulação e Regime de Trabalho

A qualificação do quadro de docentes tem ocorrido pela contratação de profissionais com titulação de mestre e/ou doutor e, excepcionalmente, com especialização. A FISMA mantém, ainda, um programa de formação permanente dos docentes existentes no atual quadro.

A titulação e o regime de trabalho do corpo docente, no ano de 2013, encontram-se na Tabela abaixo. A FISMA finalizou o ano de 2013 com um total de 51 docentes. Tendo-se desse total 3 doutores, 35 mestres e 13 especialistas. Entre doutores e mestres tem-se 74,5% e como especialistas 25,5%. Outro dado importante é que dos 51 docentes 82,4% atuaram em tempo parcial e integral e 17,6% como horistas.

Esses dados podem se alterar de um semestre para outro em função da carga horária atribuída a docentes ou suas substituições. No caso de alteração na carga horária o docente assina um Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho.

Estes números podem ser alterados, em breve, em razão de que alguns docentes estão realizando curso de doutorado e outros realizando curso de mestrado. Além disso, a Instituição tem procurado realocar colaboradores, visando potencializar as suas competências e, ainda, têm procurado contratar colaboradores com capacitação e experiência comprovada para substituir os que não têm demonstrado a competência desejada pela Instituição.

**TABELA 2 - Titulação e regime de trabalho do corpo docente da FISMA**

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO						TOTAL	
	Integral		Parcial		Horista			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doutor	----	----	3	5,88	-----	----	3	5,88
Mestre	10	19,61	19	37,25	6	11,76	35	68,62
Especialista	----	----	10	19,61	3	5,88	13	25,49
<b>TOTAL</b>	10	19,61	32	62,74	9	17,64	51	100,00

Quanto ao regime de trabalho, o candidato, depois de aprovado, é admitido seguindo os critérios da Convenção Coletiva de Trabalho (CLT). Para cumprir com os encargos docentes o professor poderá ser contratado em regime de: 20; 30 ou 40 horas semanais. O valor da hora-

aula, bem como os demais direitos trabalhistas do docente, é estabelecido pela Convenção Coletiva de Trabalho, resultante da negociação entre o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINPRO) e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (SINEPE/RS).

O Regime de Trabalho está em consonância com o que determina a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29/12/2010, classificando esse regime de trabalho em três possibilidades:

***Tempo Integral*** - docente contratado em 40 horas semanais de trabalho na Instituição, reservado o tempo, de, pelo menos, 20 horas semanais a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

***Tempo Parcial*** - docente contratado por 12 horas ou mais por semana de trabalho na Instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

***Horista*** – docente contratado pela IES, exclusivamente, para ministrar aulas e independentemente da carga horária contratada, ou, que não se enquadrem em outros regimes de trabalho acima definidos.

## **9.2. Experiência acadêmica no magistério superior e profissional não acadêmica**

Com relação à experiência profissional não acadêmica e a experiência no magistério superior do corpo docente da FISMA no final de 2013 observa-se que 60,8% dos docentes têm entre 10 e 40 anos de experiência profissional não acadêmica sendo que 90,2% dos docentes possuem mais do que três anos de experiência profissional não acadêmica.

Dos 51 docentes 58,8% possuem mais do que três anos de experiência acadêmica no magistério superior. Esse quadro será mudado em breve visto que 33,3% deles possuíam em torno de dois anos de experiência no magistério superior no final de 2013. A expectativa é que no final de 2014 esse índice ultrapasse a 90,0% dos docentes com mais de 3 anos de experiência no magistério superior.

A partir destas considerações e do exposto acima, fica a constatação que a FISMA vem, a cada semestre, procurando melhorar os indicadores desta dimensão, através da contratação de professores com titulação de Mestre e/ou Doutor e, preferencialmente, em regime de trabalho em tempo PARCIAL e/ou INTEGRAL, aliados ao tempo de exercício profissional bem como o tempo de magistério superior o que evidencia uma significativa melhoria no quadro social da IES.

### **9.3. Plano de Carreira**

A Instituição desenvolveu um Plano de Carreira próprio, que será implantado, coordenado e supervisionado pela Diretoria Administrativa da Instituição. O Plano de Carreira Docente está protocolado no órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme o Ofício Circular SDT/STA MARIA nº 46274.001223/2010-55 de 22 de novembro de 2010, e em implementação, sem, ainda, ter sido homologado pelo referido Órgão.

### **9.4 Critérios de seleção e contratação**

A admissão dos docentes ocorre após a realização de processo seletivo, divulgado por meio de Edital. O Processo Seletivo é desenvolvido em etapas, conforme explicitado a seguir:

*1.ª Etapa:* Avaliação do Curriculum Vitae (eliminatória) e Prova Didática (eliminatória).

*2.ª Etapa:* Análise de Perfil (classificatória). A Análise de Perfil é constituída de diferentes atividades com o objetivo de identificar o perfil do candidato e verificar o seu alinhamento com os objetivos da Instituição.

O requisito mínimo para o ingresso de docentes, nos cursos de graduação da FISMA, é a titulação de mestre na área, aceitando-se, em casos especiais, a especialização na área de atuação.

O Regimento Geral da Instituição prevê, nos Artigos 74 e 75, as formas de seleção, contratação e entrada no quadro docente da Instituição.

### **9.5 Procedimentos para a substituição de Docentes**

O docente uma vez contratado desenvolve suas atividades de acordo com o que foi descrito nos critérios de seleção e contratação acima descritos. No caso de afastamento definitivo do professor abre-se uma vaga que deve ser preenchida já que o aluno não pode ficar sem as aulas programadas. A substituição é por princípio 'definitiva' mas depende do momento do semestre em que o fato ocorre.

Se a situação envolve a possibilidade de prejudicar o andamento do semestre letivo e daí decorrer prejuízo ao aluno faz-se a substituição em caráter eventual e emergencial atendendo, entretanto, os critérios de titulação. Nesse caso é dada ciência ao professor substituto que a ocupação definitiva da vaga dependerá de seleção pública a qual deverá se submeter.

No caso em que não se configure prejuízo ao aluno, o que ocorre quando um professor deixa a Instituição ao final de um semestre letivo, faz-se a seleção pública por meio de publicação de edital sendo, então, o docente admitido em caráter definitivo.

